



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO - PPP -

2015 - 2019

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo -
IFSP

Câmpus São Roque

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo –
Câmpus São Roque

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO


SÃO PAULO
2016

Projeto Político-Pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus São Roque

Aprovado em: 28/04/2016



Ricardo dos Santos Coelho
Diretor Geral do IFSP – Câmpus São Roque



Janaína Ribeiro Bueno Bastos
Pedagoga
Presidente da Comissão do Projeto Político-Pedagógico do IFSP – Câmpus São Roque
Portaria nº4402/2014

**Comissão Local do Projeto Político-Pedagógico do IFSP – Câmpus São Roque - Portaria
nº4402/2014**

PRESIDENTE

Janaína Ribeiro Bueno Bastos/Pedagoga

MEMBROS

Ana Rita Dantas da Silva/Assistente Social

André Kimura Okamoto/Docente

Daniel Januário da Silva/Discente

Frank Viana Carvalho/Docente

Manoel Aparecido Martins/Técnico em Assuntos Educacionais

Nayarah Vieira Mota Santos/Discente

Rogéria Domingues/Discente

William Vieira/Docente

SUMÁRIO

1. Dos objetivos e finalidades.....	5
2. Caracterização da unidade.....	28
3. Pressupostos filosóficos e pedagógicos do Câmpus São Roque.....	42
4. Estrutura e organização dos cursos.....	49
5. Políticas e ações.....	58
6. Diagnóstico, metas e ações.....	70
Referências.....	73
Anexos.....	77

Capítulo 1 – Dos objetivos e finalidades

1.1-Histórico do IFSP

O ano de 2014 foi um marco para o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)**. Conhecido por oferecer ensino público, gratuito e de qualidade, o IFSP completou nesse ano 105 anos de história. No decorrer dessa longa trajetória, o Instituto teve diversas denominações, sendo a primeira delas a de **Escola de Aprendizes Artífices**. Através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, o então presidente do Brasil, Nilo Peçanha, determinou a criação de uma **Escola de Aprendizes Artífices** em cada uma das capitais dos Estados da República. Ao todo, foram instaladas dezenove delas, mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e incumbidas de oferecer ensino profissional primário e gratuito. Segundo a introdução do Decreto nº 7.566, o aumento constante da população das cidades tornava necessário destinar aos “filhos desfavorecidos da fortuna o indispensável preparo técnico e intelectual e fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”. Em cada uma das **Escolas de Aprendizes Artífices** haveria dois cursos noturnos: um primário, obrigatório, para os alunos que não soubessem ler, escrever e contar; o outro, de desenho, também obrigatório, para aqueles que precisavam da disciplina para o exercício satisfatório do ofício que aprendessem (Artigo 8º. do Decreto nº 7.566).

Na capital do Estado de São Paulo, a inauguração da unidade ocorreu em 24 de fevereiro de 1910, sendo estabelecida provisoriamente na Avenida Tiradentes e, logo depois, na Rua General Júlio Marcondes Salgado, no bairro de Santa Cecília. Nesse início de funcionamento, eram ofertados os cursos de tornearia, de eletricidade e de mecânica, considerados incomuns se comparados ao que ministravam as demais escolas da época. Ao que tudo indica, deve-se isso ao crescimento da industrialização paulista e à concorrência com o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. No primeiro ano de atividade, estavam matriculados 135 alunos, sendo 95 deles frequentes. Até 1937, quando passou a ser chamada de **Liceu Industrial de São Paulo**, a **Escola de Aprendizes Artífices** teve quatro diretores, sendo o primeiro deles João Evangelista Silveira da Mota, que permaneceu no cargo por 22 anos (PDI 2014-2018/IFSP, p.30-31).

Através do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio passou a ser denominado de Ministério dos Negócios da

Educação e Saúde Pública, já sob a gestão do presidente Getúlio Vargas. No entanto, com a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, aquele foi transformado no Ministério da Educação e Saúde. Também a partir dessa lei, as **Escolas de Aprendizes Artífices** foram transformadas em liceus industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus (Artigo 37). Outra mudança trazida pela Lei nº 378 foi a criação do Departamento Nacional de Educação, composto por oito divisões e responsáveis, respectivamente, pelo ensino primário; pelo ensino industrial; pelo ensino comercial; pelo ensino doméstico; pelo ensino secundário; pelo ensino superior; pelo ensino extraescolar e pelo ensino de educação física (Artigo 10).

Novas reformas na educação profissional ocorreram em 1942, época em que se tornou premente a formação de pessoal técnico qualificado. Isso porque a Segunda Guerra Mundial dificultou não só a importação de produtos industrializados, como também a vinda da mão-de-obra especializada para as fábricas nacionais (ROMANELLI, 2000, p.155). Dessa forma, naquele ano, Getúlio Vargas baixou o Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro. Definida como a Lei Orgânica do Ensino Industrial, ela fixou as bases de organização e de regime do ensino industrial. Esse, por sua vez, consistia no ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, além dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. O ensino industrial passou a ser dividido em dois ciclos, sendo que o primeiro abrangia quatro ordens de ensino: ensino industrial básico; ensino de mestría; ensino artesanal; aprendizagem. O segundo ciclo compreendia o ensino técnico e o ensino pedagógico.

O Decreto-Lei nº 4.073 também previa que o ensino industrial devia atender aos interesses: “1) *do trabalhador*, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana; 2) *das empresas*, nutrindo-as, segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão-de-obra; 3) *da nação*, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura” (Artigo 3º. grifos nossos). Cabia ao ensino industrial formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais. Além disso, tinha como finalidades dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes aumentasse a eficiência e a produtividade; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados e, por fim, divulgar conhecimentos de atualidades técnicas (Artigo 4º. do Decreto-Lei n. 4.073).

Vale sublinhar ainda que o Decreto-Lei nº 4.073 permitia a articulação do ensino industrial com as outras modalidades de ensino: “III - (...) é assegurada aos portadores de

diploma conferido em virtude de conclusão de curso técnico a possibilidade de ingresso em estabelecimento superior, para matrícula em curso diretamente relacionado com o curso técnico concluído, verificada a satisfação das condições de preparo, determinadas pela legislação competente” (Artigo 18). Com isso, interrompia-se o estigma de que o aluno, ao completar a educação profissional, não podia prosseguir nos estudos (PDI 2014-2018/IFSP, p.34).

Também em 1942, o Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, definiu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Faziam parte dessa rede as escolas técnicas, as escolas industriais, as escolas artesanais e as escolas de aprendizagem. Em relação às primeiras, foram criadas onze delas, incluindo-se a **Escola Técnica de São Paulo**, com sede na capital do Estado de São Paulo. Tais escolas tinham como objetivo oferecer “os cursos técnicos e os cursos pedagógicos, e bem assim os cursos industriais e os cursos de mestría, de que trata o regulamento do quadro dos cursos de ensino industrial, expedido com o decreto n. 8.673, de 3 de fevereiro de 1942, e que forem compatíveis com as suas instalações” (Artigo 8, § 1º. do Decreto-Lei nº 4.127). Conforme o Decreto-Lei nº 4.127, porém, para que a **Escola Técnica de São Paulo** começasse a funcionar, era preciso que “fossem construídas e montadas novas e próprias instalações” (Artigo 8, § 2º).

Ainda quanto à regulamentação do ensino técnico, o Decreto nº 11.447, de 23 de janeiro de 1943, fixou os limites da ação didática das escolas técnicas e das escolas industriais. Segundo esse Decreto, à **Escola Técnica de São Paulo** cumpria ministrar os seguintes cursos de formação profissional, no caso do ensino industrial básico e do ensino de mestría: o de fundição, o de serralheria, o de mecânica de máquinas, o de marcenaria e o de cerâmica. No que se refere ao ensino técnico, os cursos ofertados eram o de edificações, o de desenho técnico e o de decorações de interiores (Artigo 10).

Outro ponto de destaque na história da **Escola Técnica de São Paulo** foi a publicação da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que refletiu as necessidades da política econômica em curso. Nesse ano, estava na presidência Juscelino Kubitschek, cujo governo ficou conhecido por incentivar o processo de industrialização do país, especialmente no que concerne ao setor automobilístico. A partir da Lei nº 3.552, os estabelecimentos de ensino industrial, agora de responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura, passaram a ter personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Os fins daqueles eram: “a) proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos; b) preparar o jovem para o exercício de atividade especializada, de nível médio” (Artigo 1º. da Lei nº 3.552). Além

disso, por meio da criação do Conselho dos Representantes e do Conselho dos Professores, a Lei nº 3.552 aumentou a participação dos servidores no andamento da política administrativa e pedagógica da instituição. O Conselho dos Representantes, encarregado da administração escolar, deveria ser composto por seis membros, provenientes da comunidade. A seleção deles seria feita pelo Presidente da República mediante proposta elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura, depois de ouvida a Diretoria do Ensino Industrial. Já o Conselho dos Professores consistia em um órgão de direção didático-pedagógica, cujo presidente era o Diretor da Escola.

Em 20 de agosto de 1965, o então presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco sancionou a Lei nº 4.759, que transformou a **Escola Técnica de São Paulo em Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP)**: “As Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado” (Artigo 1º).

Outra alteração significativa no ensino profissionalizante foi propiciada pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, ano em que Emilio Médici exercia a presidência. Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ela regulamentou o ensino de 1º. e 2º. graus, os quais correspondiam, respectivamente, ao ensino primário e ao ensino médio. O ensino de 1º. grau durava oito anos e destinava-se à formação da criança e do pré-adolescente. Já o ensino de 2º. grau tinha como propósito a formação integral do adolescente e teria três ou quatro anos de duração, conforme previsto para cada habilitação. Como explica Romanelli (2000, p.238), “o ensino de 1º. grau, além da formação geral, passa a proporcionar a sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho. E o ensino de 2º. grau passa a constituir-se, indiscriminadamente, de um ensino cujo objetivo primordial é a habilitação profissional”. Nesse sentido, ainda de acordo com a autora, um dos princípios que caracterizaram a Lei n. 5.692 foi o da terminalidade, ou seja, cada nível de ensino capacitava o aluno para o exercício de uma atividade, o que antecipava o ingresso dele no mundo do trabalho (ROMANELLI, 2000, p.238-239). Em suma, ao tornar compulsória a profissionalização do ensino de 2º. grau, o governo tinha duas metas. Uma delas era formar mão-de-obra qualificada sob o regime de urgência, necessidade trazida por um período de crescimento do país conhecido como “milagre econômico brasileiro” (1969-1973). A outra foi diminuir a pressão por vagas nas universidades, consequência da busca cada vez maior dos jovens provenientes das classes populares por níveis mais elevados de escolarização (CAMARGO; VILELLA, 2010, p.47-48). No que diz respeito à **Escola Técnica Federal de São Paulo**, a LDB de 1971 trouxe grandes implicações, pois

possibilitou a formação de técnicos através de cursos integrados ao ensino médio (técnico e médio), completados em quatro anos e cuja carga horária média era de 4.500 horas/aula (PDI 2014-2018/IFSP, p.40).

Outro momento importante para a ETFSP ocorreu em 23 de setembro de 1976, quando se mudou da Rua General Júlio Marcondes Salgado para a Rua Pedro Vicente, no bairro do Canindé, onde hoje está sediado o **Instituto Federal de São Paulo** (reitoria e Câmpus São Paulo). O ano de 1986 também foi marcante para a instituição, já que, pela primeira vez, o seu diretor seria escolhido, de forma direta, por professores, servidores administrativos e alunos. Eleito por 130 votos, Antonio Soares Cervila concretizou uma antiga reivindicação da comunidade escolar, o que se tornou possível por iniciativa da Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal de São Paulo (ASSETEFESP). Foi durante a gestão de Cervila que foi criada, em Cubatão, a primeira Unidade Descentralizada de Ensino (UNED) do país. A segunda UNED começou a funcionar em 1996, na cidade paulista de Sertãozinho, quando estava na direção da ETFSP Francisco Gayego Filho (PDI 2014-2018/IFSP, p.41-42). As UNED's, surgidas no governo do então presidente José Sarney com o objetivo de expandir a Rede Federal de Ensino Profissional, deviam vincular-se às estruturas organizacionais das Escolas Técnicas Federais (Camargo; Vilella, 2010, p.48). De 2006 a 2008, foram implantadas UNED's em mais sete cidades do Estado de São Paulo, sendo elas, respectivamente, Guarulhos, Bragança Paulista, Salto, Caraguatatuba, São João da Boa Vista, São Roque e São Carlos (PDI 2014-2018/IFSP, p.43-44).

Em 1994, a Lei nº 8.948, de 08 de dezembro, transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). A ETFSP passou a ser oficialmente denominada de CEFET-SP a partir de um Decreto (sem número) de 18 de janeiro de 1999, quando Fernando Henrique Cardoso estava em seu segundo mandato como presidente. Antes disso, no entanto, a publicação do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, resultou na extinção dos cursos técnicos integrados ao ensino médio: “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (Artigo 5º.). Em 2004, tal ato foi revogado pelo Decreto n. 5.154, de 23 de julho, que voltou a permitir que a educação profissional técnica de nível médio fosse desenvolvida de forma articulada com o ensino médio. Outro avanço para o **Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo** ocorreu com o Decreto nº 5.224, de 01 de outubro de 2004. Isso porque os CEFETs foram autorizados a “ministrar ensino superior de

graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica” (Artigo 4º, V).

Quando estava na presidência do país pela segunda vez, Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação. Fazem parte dela os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Universidade Tecnológica do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, além das Escolas Técnicas ligadas às Universidades Federais. Com exceção das últimas, as primeiras três instituições mencionadas “possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar” (Artigo 1º, parágrafo único da Lei nº 11.892).

Os Institutos Federais, criados num total de 38 através da Lei, são definidos por essa como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (...)” (Lei nº 11.892, art. 2). A presente norma ainda equipara os Institutos às Universidades Federais no que tange à incidência das disposições que regem a regulação, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos da educação superior. Os Institutos Federais, além disso, têm “autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica” (Artigo 2º, § 3 da Lei nº 11.892).

No que diz respeito à sua estrutura organizacional, os Institutos passaram a ter como órgãos superiores da administração o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, ambos presididos pelo Reitor do Instituto. O primeiro possui caráter consultivo e é composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos câmpus que integram o Instituto Federal. O Conselho Superior, por sua vez, tem caráter consultivo e deliberativo, e é formado por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, garantindo-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica. Já no papel de órgão executivo dos Institutos está a reitoria, cujos membros são o Reitor e cinco Pró-Reitores. Os Reitores são nomeados pelo Presidente da República para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução, após processo de

consulta à comunidade escolar do Instituto. Nesse processo eleitoral, é atribuído o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente. No caso do IFSP, o professor Arnaldo Augusto Ciquielo Borges foi nomeado para o cargo de Reitor pro tempore. Em abril de 2013, tomou posse o professor Eduardo Antonio Modena, o primeiro Reitor do IFSP eleito através da participação da comunidade (PDI 2014-2018/IFSP, p.46).

Comprovando a abrangência de sua atuação, o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**, antigo CEFET-SP, além de investir fortemente na realização de pesquisas aplicadas e no desenvolvimento de atividades de extensão, oferece: cursos técnicos, tanto na forma de cursos integrados ao ensino médio (para aqueles que concluíram a educação fundamental), quanto na forma concomitante ou subsequente (para alunos que concluíram a educação fundamental e para aqueles que concluíram o ensino médio ou estejam cursando no mínimo o 2º. ano desse nível de ensino); cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia); cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*). Por fim, pensando em proporcionar oportunidades de estudos para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade regular, o IFSP investe também no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Atualmente, o IFSP possui 37 câmpus espalhados pelo Estado de São Paulo, sendo que alguns desses constituem as extintas Unidades Descentralizadas de Ensino.

A função social

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSP - historicamente, se constitui como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante. A sua identidade vem sendo continuamente construída a partir de referenciais ético-políticos, científicos e tecnológicos presentes nos seus princípios e diretrizes de atuação. Estes refletem a opção da Instituição em abarcar diversas demandas da sociedade, incluindo a escolarização daqueles que, no contexto da vida, não participaram das etapas regulares de aprendizagem. Acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino, do trabalho e com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil, busca construir uma *práxis* educativa que contribua para a inserção social, à formação integradora e à produção do conhecimento.

O IFSP atua como instituição educativa na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

Os objetivos e metas

O IFSP tem como objetivo central agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, discutindo os princípios das tecnologias a ele relativas. Compreende-se, para isso, que seja preciso derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana.

A partir da compreensão da relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, a organização e desenvolvimento curricular, em seus objetivos, conteúdos e métodos, baseia-se a concepção do trabalho como princípio educativo, o que não significa apenas aprender fazendo, nem é sinônimo de formar tão somente para o exercício do trabalho. Entender o “trabalho como princípio educativo” coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a Educação Profissional deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Entre seus aspectos fundadores, os Institutos Federais (PACHECO, 2011) têm como principais metas: 1) expandir a oferta de educação profissional pública e de qualidade; 2) estar aberto à comunidade por meio da verticalização da oferta de cursos (da modalidade EJA até a pós-graduação e cursos de curta duração) e do acesso facilitado pela ampliação da rede em todas as regiões do país; 3) formar cidadãos para o mundo do trabalho e não somente para o “mercado” de trabalho, por meio de uma Educação crítica e reflexiva.

1.2 - Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A Constituição de 1988 se apresentou como a superação institucional do regime autoritário instaurado nos anos 60. Nela, dentre os diversos dispositivos que incorporavam avanços na direção da maior democratização da sociedade brasileira e na tentativa da

construção efetiva da cidadania, houve a afirmação da autonomia e do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como norteadores das ações desenvolvidas no âmbito das universidades (Art. 207). Na sequência deste esforço legislativo, deu-se a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394, de 20/12/1996), em que apareceu reiterado o princípio da autonomia e foram desdobrados os seus reflexos nas várias dimensões da vida acadêmica.

Sob o princípio constitucional da indissociabilidade, temos o desafio de delinear algumas noções sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando nortear a prática acadêmica no interior do IFSP. O primeiro passo é definir, claramente, os conceitos a serem adotados de ensino, pesquisa e extensão.

O Ensino, compreendido como o processo educativo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade do sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

A educação, como parte de um todo que forma a sociedade, sofre as influências do acentuado avanço científico e tecnológico e das mudanças advindas desse processo, o que encaminha princípios e a estruturação de novos modelos.

A Pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento (ANDER-EGG, 1978, *apud* MARCONI; LAKATOS, 2003). A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais sendo, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade.

A Extensão, por sua vez, é um processo educativo, interdisciplinar, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Escola e outros setores da Sociedade (FORPROEX, 2012). Esse processo educativo transformador somente se efetiva no momento em que a Extensão se configura como um espaço de produção de conhecimento a partir da troca de saberes e de experiências estabelecida na relação entre a comunidade interna e externa. Ou seja, sendo vital o diálogo entre sociedade e instituição educacional, torna-se possível a esta

identificar, e refletir sobre os anseios e problemas colocados pela sociedade, bem como estabelecer estratégias e soluções condizentes às demandas sociais e consoantes à capacidade científica e tecnológica do IFSP. Portanto, a Extensão pressupõe o contato entre a comunidade interna de determinada instituição e sua comunidade externa, mediada pelo conhecimento e pela reflexão crítica.

A compreensão de extensão se baseia na noção segundo a qual toda instituição educacional é social e, como tal, deve assumir o compromisso de formar e qualificar as pessoas para atuarem de forma responsável e de serem protagonistas da promoção e da garantia dos valores democráticos e cidadãos. O pressuposto, portanto, se assenta na noção de que todo o trabalho realizado nas instituições de ensino, assim como a produção de conhecimento gerado por elas é um bem social, e que ele deve ser apropriado pela sociedade em benefício de seus interesses e pela transformação social.

Na prática, significa dizer que a pesquisa, a extensão e o ensino devem se converter num processo educativo capaz de formar, qualificar e emancipar os sujeitos, e que a produção de conhecimento científico tenha como finalidade reduzir as desigualdades sociais e aprimorar as condições de vida das pessoas, material, social e culturalmente. Nesse sentido, a Extensão potencializa o diálogo, a produção de novas relações e de novos saberes, a reflexão sobre as práticas educativas adotadas e as ações institucionais, bem como possibilita construir conhecimentos sobre novas bases metodológicas; além de favorecer o contato ampliado de pessoas da comunidade externa com o conhecimento produzido no interior da instituição.

Em 2008, a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi afirmada por meio da Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (art. 1º da Lei nº 11.892, 29/12/2008), que também os caracterizou como Instituições de pesquisa tecnológica e de extensão (art. 6, incisos VII e VIII). Portanto, o mesmo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estabelecido pelo parágrafo 2º do art. 207 da Constituição Federal também se tornou norteador das ações desenvolvidas no âmbito destas Instituições.

Tendo em vista que as Instituições de ensino, pesquisa e extensão são os locais onde acontecem experimentos pedagógicos e epistemológicos, torna-se necessário rever a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, reconhecendo a existência dos vários processos de aquisição/produção do conhecimento. Na sequência, deve-se permitir aos estudantes utiliza-los de acordo com suas potencialidades, levando em conta a

suas experiências de vida e os conhecimentos previamente adquiridos (ForGRAD, 2000), o que significa valorizar a “bagagem individual” visando incitar a aprendizagem. Neste sentido, é necessário estimular um trabalho de criação coletiva, introduzindo a participação em projetos envolvidos com diferentes áreas, preferivelmente integrados, onde o professor e os estudantes se incluam como autores, desenvolvendo a capacidade de negociar, de argumentar, de articular, de criar e de se solidarizar. Aproximando, assim, os processos educativos da realidade a qual o estudante estará submetido fora da Instituição. Para isso, tempos e espaços diferentes serão necessários (DOS REIS, 2013).

Os Institutos Federais, guiando seu Projeto Político-Pedagógico com o intuito de priorizar um conjunto de atividades interdisciplinares intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo, onde se permita ensinar a pensar e a aprender, as quais devem ser mediadas tanto pelo professor quanto pelos estudantes, darão um passo importante rumo à democratização do ensino. Essa perspectiva requer que o Projeto Pedagógico seja construído a partir deste novo paradigma: ensinar a pensar e a aprender. Sabe-se, contudo, que isso não acontecerá espontaneamente já que a alteração das práticas pedagógicas, partindo-se da concepção do estudante como ele próprio mediador da sua cognição (FREIRE, 1996), irá requerer esforço coordenado para que não fique apenas no papel (DOS REIS, 2013).

Em suma, o ensino, a pesquisa e a extensão, quando indissociadas e bem articuladas, deverão conduzir à mudança significativa nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo a formação para a atividade profissional e para a cidadania.

1.3 - Princípios norteadores

Com base na lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008), assim como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018) encontra-se nestes documentos norteadores das ações e princípios do Instituto Federal de São Paulo, os quais destacamos abaixo algumas dessas concepções.

Desenvolvimento humano

O IFSP objetiva levar em conta o fato de que o desenvolvimento humano é um processo de construção contínua e que se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável. Uma vez que esse desenvolvimento não necessariamente ocorre de forma linear e progressiva, ele deve ser compreendido como uma construção humana, social, coletiva e comunitária, firmando-se como a meta orientadora de toda a reflexão e de toda a atividade de

construção de cursos, projetos, pesquisas e atividades congêneres em âmbito institucional. Sendo assim, pode-se dizer que a atuação do IFSP no contexto educacional e político brasileiro parte da premissa de que vivemos em uma sociedade desigual e que caminha, mesmo que a passos lentos, no sentido de minimizar tais diferenças.

Na busca por uma formação profissional, científica e tecnológica, os Institutos Federais, tal como prefigurado em sua lei de criação (Lei nº 11.892/2008) objetiva “construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento”. (Art. 2º), Assim, o IFSP, em consonância com seus objetivos e princípios assume compromisso em sua ação educativa com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.

Ao compreender o sujeito como um ser sócio-histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação, o IFSP acredita que o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente humanos perpassa diretamente por uma ação educativa (PDI 2014-2018). Neste sentido, a instituição de ensino tem em si a responsabilidade de levar o estudante ao pleno desenvolvimento enquanto cidadão através do conhecimento construído visando uma formação geral e universal no sentido amplo.

Nossa instituição se identifica e se compromete com um projeto democrático de sociedade que compreende e pratica a educação como um compromisso de transformação, capaz de dar sentido cada vez maior tanto à nossa prática social enquanto instituição, como também a cada sujeito individual, que se encontra envolvido com este processo.

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. O conceito considera que apenas o crescimento econômico não é suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação, diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades relacionando-o diretamente com mudança para a qualidade¹.

¹ Tal como consta no portal do PNUD, “o conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo PNUD”. <http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso em 16/10/2014

É preciso propor, assim, uma atuação institucional comprometida com a superação dos grandes entraves que inviabilizam o pleno desenvolvimento humano de nossos cidadãos e de nossa sociedade, dado que esse desenvolvimento está diretamente ligado com a justiça social, com a democracia, com o trabalho e com a cultura, com o lazer e com a possibilidade de avançar cada vez mais enquanto instituição e enquanto sociedade. Se formos bem-sucedidos, formaremos não apenas profissionais para o mundo do trabalho, mas sujeitos críticos, para o exercício da cidadania, na perspectiva da emancipação humana, capazes de pensar e de enfrentar os desafios continuamente impostos pelo mundo do trabalho, da cultura, da ciência e tecnologia. Ao fim de seus processos de formação, os estudantes-sujeitos terão não apenas se profissionalizado, mas terão se tornado mais conscientes de seu próprio lugar no tempo e na história, tendo se tornado capazes de intervir na construção de seu mundo, de modo criativo e rico do ponto de vista de todas as suas possibilidades

Educação

Na sociedade atual, a educação assume papel cada vez mais imprescindível no processo de desenvolvimento social e também econômico. Compreendemos a **educação** como processo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

A educação, com isso, é fator importante e indispensável no processo de transformação dessa realidade social. Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade do sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

Freire identifica, na natureza do ser humano, um núcleo fundamental em que propõe que se sustente o processo de educação: seu inacabamento ou sua inconclusão. Sabendo-se inacabado, o homem educa-se. E não se educa sozinho, educa-se em comunhão. (FREIRE, 2014). Assim sendo, a proposta pedagógica do IFSP vincula-se à ideia de que o ensino não se limita à transmissão de informações e/ou ao desenvolvimento de capacidades técnicas para um exercício profissional específico, mas, ao contrário, a formação de seus alunos deve contemplar a chamada “cultura geral” - saberes cujo sentido formativo não se confundem necessariamente com uma aplicação imediata – e o engajamento político – por meio do desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes.

O vínculo da educação com o contexto social e cultural leva a questionamentos e a revisão de modelos educacionais estabelecidos para atender os anseios e necessidades da sociedade, apresentando desafios acentuados e problematizados. No mundo globalizado e em constantes transformações, o conceito de educação vem sendo revisto e ampliado, assumindo uma perspectiva processual que não se encerra ao final da escolarização, mas se prolonga ao longo da vida do indivíduo para permitir que ele possa responder aos desafios da provisoriedade do conhecimento, num contexto em constante mudança. (DELLORS, 1999).

Educação Profissional e Tecnológica

O IFSP reconhece a formação técnica e tecnológica como um dos elementos estruturantes capazes de contribuir para o desenvolvimento humano tanto do ponto de vista individual como coletivo. A proposta educacional dos Institutos Federais está pautada, atualmente, em uma concepção humanista de educação, buscando integrar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e desenvolver a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual:

O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. (SETEC, 2010, p. 19).

Nosso objetivo principal passa pela formação profissional técnica e tecnológica de qualidade, isso só se torna possível na medida que o processo educativo contribua com a construção de cidadãos através de novos saberes. Ora se o que se busca é a formação do cidadão para o mundo do trabalho, superando o conceito da mera formação do profissional para o mercado é preciso esforços para “...derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos...” (BRASIL. MEC. SETEC, 2010. p 10).

A formação destes sujeitos implica em assumir que a escola constitui historicamente uma das formas de reprodução da divisão do trabalho através dos instrumentos materiais elaborados para a construção do conhecimento. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 1990, com a reestruturação das forças produtivas, ligadas ao modelo econômico toyotista, repercutiram na apropriação pela escola de modelos pedagógicos voltados às competências, respondendo aos princípios da flexibilidade para o atendimento das demandas do mundo do trabalho.

“A razão de ser dos Institutos Federais, como instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão de obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência.” (BRASIL. MEC. SETEC, 2010, p 22).

Nesta perspectiva, nos aproximamos da compreensão do *trabalho como princípio educativo* (RAMOS, 2004; FRIGOTTO, 2004) na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Assim, insere-se no contexto a educação profissional, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

Logo, a educação profissional e tecnológica trata-se de uma política pública, por seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã. O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho, considerando que “... a educação exercida no IFSP não estará restrita a uma formação estritamente profissional, mas contribuirá para a iniciação à ciência e a promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo e as tecnologias” (PDI 2009-2013, p. 41).

Neste sentido, a escola, como instituição educativa da sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal, lugar de cultura e sistematização do saber científico, que possibilita a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para análise e compreensão da realidade, do mundo em que vivemos, a fim de que haja uma interação consciente das pessoas consigo mesmas, delas entre si, delas com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando, dessa forma, sua visão de mundo.

Além do mais, a educação profissionalizante do IFSP nutre-se da certeza reconfortante de Paulo Freire, que vê falsidade no dilema entre humanismo e técnica. Para ele, a educação

que se opõe à capacitação técnica é tão ineficiente quanto aquela que nega a formação geral humanista, limitando-se ao desenvolvimento das competências técnicas. (GADOTTI, 2004).

É como uma instituição educativa muito maior que uma “escola”, que se situa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, esta instituição pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

Neste cenário, se faz necessário afirmar que o IFSP opta por uma pedagogia emancipatória, capaz de refletir as contradições entre o modo de produção hegemônico, onde as demandas do capital são dominantes e se reproduzem na prática pedagógica fragmentada. Portanto, a escola deve favorecer a construção de estratégias de inclusão, nos diversos níveis e modalidades de educação, que permitam a formação de identidades autônomas e contextualizadas.

Tais diretrizes reafirmam o compromisso dos IFs com a formação humanística de docentes e discentes, que precede a qualificação para o trabalho e enxerga a educação profissional e tecnológica baseada na integração entre ciência, tecnologia e cultura.

Conhecimento

Paulo Freire (1992, p. 36) afirma que o conhecimento não se dá em um processo mecânico e desconectado, mas “se constitui nas relações homem-mundo e nas relações de transformação e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações”. Assim, a aquisição do conhecimento não ocorre pela mera transferência, mas pela construção dos saberes no desejo de avançar, numa busca constante de dominar o desconhecido, inventando e reinventando a realidade.

Em acordo com os pensamentos de Paulo Freire, Cortella relaciona conhecimento e educação como complementares:

[...] o bem de produção imprescindível para a nossa existência é o Conhecimento, dado que ele, por se constituir em entendimento, averiguação e interpretação sobre a realidade, é o que nos guia como ferramenta central para nela intervir; ao seu lado coloca a Educação (em suas múltiplas formas), que é o veículo que o transporta para ser produzido e reproduzido (CORTELLA, 2008, p. 39, grifo do autor).

Para construção do conhecimento no século XXI, nossos desafios emergem para educação e as relações sociais tornaram essenciais para contemporaneidade. Sendo o sujeito

compreendido como ser sócio-histórico, produto de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação (IFSP, 2014, p.143), essa construção e transformação ocorre por meio da libertação do homem, que constrói sua autonomia e vai além de sua capacidade de sobrevivência econômica, atuando com criticidade e se posicionando diante do estabelecido socialmente.

No contexto da educação profissional, a concepção de conhecimento articula as ciências naturais, humanas e tecnológicas com o mundo do trabalho, partindo da premissa da construção desse conhecimento baseado nos seguintes eixos: trabalho, ciência, tecnologia, cultura.

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que necessariamente devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento (BRASIL, 2010, p. 34).

A ciência envolve conceitos e métodos que, ao mesmo tempo em que são estabilizados e transmitidos de geração em geração, podem e devem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Esses conhecimentos, produzidos e legitimados socialmente ao longo da história, são resultado de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e da transformação dos fenômenos naturais e sociais, no movimento do ser humano como produtor de sua realidade que, por isso, precisa apropriar-se dela para poder transformá-la.

A transformação da Ciência foi correlata com uma transformação no conhecimento técnico. Esse conhecimento passou a ter outro caráter. Deixou de ser um conhecimento sem nexos e sem formalização. Pode-se creditar a esse momento o surgimento de um novo conhecimento, o conhecimento tecnológico, que significa um conhecimento produtivo articulado e consciente. Esse novo saber que constitui a Tecnologia não é um saber sem significado e conexões.

Como apontado por alguns autores, a Tecnologia surge como um aprofundamento de um processo de racionalização da civilização que repercute na técnica. Essa racionalização pode ser entendida como identificação das causas dos fenômenos e, nesse sentido, constitui uma efetiva cientificação da Técnica.

Assim, ao buscar-se a transformação da ciência em força produtiva, marca-se a noção de tecnologia, que se caracteriza como uma extensão das capacidades humanas, ao visar a satisfação das necessidades, mediando o conhecimento científico e a produção. É possível

compreender o processo histórico de transformação da ciência em atividade produtiva por meio do desenvolvimento tecnológico.

A Tecnologia tem dinâmica própria e, embora interagindo com a Ciência, ela busca conhecimentos específicos. A Tecnologia é estilo de trabalho, de pesquisa, que incorpora metodologias e conceitos da pesquisa científica, porém também é um campo do conhecimento cuja aplicação passa por outros critérios como eficácia e viabilidade técnico-econômica e social. (PDI 2014 - 2018).

A difusão da tecnologia no país vem ganhando profusão regional, o que leva aos rearranjos produtivos locais, caracterizando cada realidade a tipos de inovação tecnológica. A posição do Estado de São Paulo, em contexto nacional, destaca-se na esfera econômica, sendo considerado o Estado mais desenvolvido, com o maior PIB, porém com alta desigualdade social. É também reconhecido como polo industrial e de oportunidade de melhor formação com a presença das consideradas melhores universidades do país. Assim, a educação profissional pautada em instrumentalizar o trabalhador a esses novos desafios produtivos é papel do Estado. Nesse cenário o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo contribui para o cumprimento desse papel, como afirma Pacheco (2011, p.8):

A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.

Considerando esta visão de escola articulada com o trabalho e com a formação integrada do estudante temos a construção do conhecimento como algo dinâmico e significativo e não fragmentado e descontextualizado. Nesse sentido o IFSP em seu PPI, afirma que o fazer pedagógico deve trabalhar “na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática [...], tentando estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho” (IFSP, 2014, p.157).

O conhecimento para o mundo do trabalho vai além da técnica e da produção, envolvendo relações sociais, culturais e científicas. A Educação nesse viés estaria ligada a um movimento constante, em que o conhecimento produzido historicamente retorna à sociedade por meio do indivíduo que articula esse conhecimento com a realidade, transformando-o (BRASIL, 2010).

Diante disso a concepção de conhecimento está articulada ao conceito de processo educativo como dialógico integrando trabalho, ciência e cultura. No contexto da educação

profissional o trabalho é o primeiro foco da educação enquanto prática social, que juntamente com a ciência e a cultura contribui para uma formação integrada do estudante. Nessa vertente o conhecimento ocorre em uma prática interativa com a realidade, que além de propiciar sua transmissão de geração em geração, o questiona, visando sua superação historicamente em um movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Podemos afirmar então que o conhecimento não é algo estático, pelo contrário, trata-se de um processo de construção e reconstrução contínuo voltado a formação plena do educando (IFSP, 2014).

Currículo

No processo de construção de conhecimento no âmbito escolar democrático, o currículo necessita abarcar:

[...] unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou do processo de ensino e aprendizagem. Mais ainda, o currículo é uma prática pedagógica que resulta da interação e confluência de várias estruturas (políticas, administrativas, econômicas, culturais, sociais, escolares...) na base das quais existem interesses concretos e responsabilidades compartilhadas. (PACHECO, 2001, p. 20).

O indivíduo é reconhecido como principal ator de sua própria aprendizagem, pois entende-se que os saberes e conhecimentos não se esgotam em si mesmos, mas adquirem significado mediante sua utilização em situações-problemas apresentadas no cotidiano de sua vida, tornando imprescindível o planejamento e a construção desses saberes a partir da realidade dos alunos. Essa concepção do processo ensino e aprendizagem irá refletir-se numa proposta curricular que promova a formação integral e crítica do indivíduo-cidadão, baseada em princípios éticos e de respeito às diversidades.

Diante da intenção de se construir um currículo consistente, baseado na interação entre conhecimentos específicos e o eixo de formação prática, promove-se o espaço necessário para que as convergências e semelhanças, diversidades e particularidades possam dialogar, resultando no apontamento com maior precisão de qual é o papel, função e significado de cada componente curricular.

O foco central quando refletimos sobre currículo é buscar a orientação de uma ação educativa de forma ampla e integrada, o que vai muito além de listas de conteúdos, somatórias de cargas horárias e matrizes curriculares, envolvendo acima de tudo e preponderantemente uma perspectiva social e política, na qual o valor maior está no que se vai ensinar e quais as finalidades deste ensino para quem o vai receber.

Nesse sentido, a indagação “o que selecionar como elemento constituinte de um currículo?” deve ser necessariamente antecedida por “o que os educandos devem se tornar?”.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como, programas de pós-graduação lato e stricto sensu, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização são dois aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dos institutos. A transversalidade, entendida como forma de organizar o trabalho didático, no caso da educação tecnológica, diz respeito principalmente ao diálogo entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais.

Esta orientação é intrínseca às arquiteturas curriculares que consideram a organização da educação profissional e tecnológica por eixo tecnológico. Isto porque a ênfase é dada às bases tecnológicas e conhecimentos científicos associados a determinados processos, materiais, meios de trabalho etc.

A verticalização, por sua vez, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações.

Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica.

A transversalidade auxilia a verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, enfim, da ação pedagógica.

Considera-se que os Institutos Federais, na construção de sua proposta pedagógica, façam-no com a propriedade que a sociedade está a exigir e se transformem em instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando-se das questões de

diversidade cultural e de preservação ambiental, o que estará a traduzir um compromisso pautado na ética da responsabilidade e do cuidado.

Vale destacar que, a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica supera o conceito de escola dual e fragmentada, estabelecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho. Assim, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica.

O fazer pedagógico nos Institutos Federais, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada.

Em consonância com esse entendimento, o currículo se torna um poderoso instrumento de mediação para atingir o conhecimento científico, o desenvolvimento do raciocínio lógico, construtivo e criativo, para que se estabeleça uma consciência crítica e reflexiva no indivíduo ao ponto de transformar atitudes e convicções, levando este a participar de forma efetiva e responsável da vida social, política, cultural e econômica de seu país.

Por consequência, alçar uma proposta de educação profissional pautada no compromisso com a formação humana integral e focada na apreensão conjunta dos conhecimentos científicos, tecnológicos, histórico-sociais e culturais exige o estabelecimento de princípios e de pressupostos teóricos que serão norteadores desse processo profícuo de construção coletiva.

Prática pedagógica

Desempenhando papel fundamental na concretização da proposta de verticalização do ensino, o desafio cotidiano para a prática pedagógica docente é o desenvolvimento de ensino de qualidade junto à ampla gama de públicos que procuram por profissionalização e inserção do mercado de trabalho, mas sem perder de vista a formação integrada – para o mundo do trabalho.

Neste contexto as práticas pedagógicas, entendidas como conjunto de ações do professor no espaço de sala de aula (SACRISTÁN, 1999), constroem-se no IFSP a partir da tensão entre o rotineiro e mecânico e a premência da reflexão e inventividade perante as exigências educacionais heterogêneas e, por vezes, contraditórias, advindas de um projeto ainda em constituição.

Partindo do princípio da autonomia e a gestão democrática que fazem parte da própria natureza do ato pedagógico, identifica-se a importância e a necessidade de se estabelecer relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e a participação. Dessa forma, as práticas educativas devem levar em conta os diversos públicos presentes numa instituição em função das diferenças de gênero, de classe social, de etnia e de religiosidade.

Ao promover a socialização de cidadãos conscientes de suas singularidades e acima de tudo, cientes dos aspectos humanos comuns que os unem, o Instituto Federal de São Paulo deve prover uma Educação emancipadora, tanto aos discentes como aos servidores. Para tanto, a própria formação continuada, inerente aos docentes, requer a incorporação por estes de práticas pedagógicas que aprofundem a temática da formação cultural da sociedade brasileira. O docente necessita superar o senso comum ao interagir com diferentes grupos culturais, entrando de certa forma no mundo do “outro”, reconhecendo a diferença que permita construir a igualdade, na busca da sociedade democrática.

Uma formação integrada, além de possibilitar o acesso a conhecimentos, promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais, sobre as referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, e incorpora os valores ético-políticos.

Integrando, com isso, a ciência e a cultura, a formação profissional deve objetivar a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais mais elevadas, apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Assim, contribui-se para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e dessa forma atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade, ao mesmo tempo em que cuida da preservação.

Para a construção da autonomia intelectual do educando, o ensino pode e deve ser potencializado pela pesquisa, orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores. Nesse sentido, a pesquisa como princípio pedagógico instiga a curiosidade do estudante em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude.

Essa atitude de inquietação diante da realidade, potencializada pela pesquisa, contribui para que o sujeito possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas na esfera mais formal, seja na forma aplicada, seja na denominada pesquisa de base acadêmica, como também em outros processos de trabalho, em um movimento autônomo de (re)construção de conhecimentos.

No processo de ensino, entendemos que deva-se priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento.

Uma das possibilidades metodológicas é trazer, para a sala de aula, os problemas do mundo atual e/ou situações-problema que simulem a realidade, a fim de que os alunos possam sugerir propostas de resolução ou de possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Capítulo 2 – Caracterização da Unidade

2.1-Histórico do Câmpus São Roque

A implantação da Unidade Descentralizada (UNED) São Roque foi autorizada pela Portaria Ministerial nº. 710, de 09/06/2008. A UNED São Roque foi idealizada no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Fase I. O Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP) recebeu um prédio inacabado para instalar a UNED em São Roque. A edificação, em questão, foi inicialmente projetada para abrigar uma unidade educacional do segmento comunitário.

Em meados de 2006 o terreno com o prédio inacabado foi transferido para o CEFET-SP que assumiu a responsabilidade para a sua conclusão, assim como a reestruturação do projeto educacional e aquisição de mobiliário e equipamentos. Uma equipe constituída de representantes do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e do CEFET-SP vistoriou as obras paralisadas e abandonadas há mais de quatro anos para os devidos procedimentos. As ações junto ao PROEP foram concluídas no primeiro semestre de 2008, permitindo que as atividades da UNED São Roque fossem iniciadas no semestre subsequente.

A Aula Inaugural ocorreu em 11/08/2008, com a abertura do Curso Técnico em Agronegócio. Foram disponibilizadas às comunidades são roquense e adjacentes, nos períodos vespertino e noturno, turmas com capacidade para 40 alunos cada. Dessa forma, a UNED São Roque foi pioneira na implantação de curso técnico na área das Ciências Agrárias no CEFET-SP, vindo ao encontro da tradição e da importância do ensino agrícola na Rede Federal do Brasil como um todo.

Por conta da Lei nº 11.892, de 29/12/ 2008, a UNED São Roque passou a ser Câmpus São Roque, acompanhando a mudança de CEFET-SP para IFSP. Desde então, o Câmpus tem se empenhado em atender as demandas da microrregião no qual está inserido, que contempla os municípios de São Roque, Alumínio, Araçariguama, Cotia, Ibiúna, Itapevi, Mairinque e Vargem Grande Paulista.

Histórico da cidade

Conforme dados da Fundação SEADE (2010), a cidade de São Roque foi fundada na segunda metade do século XVII pelo capitão Pedro Vaz de Barros, bandeirante paulista. A povoação iniciou em uma fazenda, com o cultivo de trigo e vinhas mediante mão-de-obra

indígena. Posteriormente, o capitão Fernão Paes de Barros, irmão de Pedro Vaz, fixou-se em outra fazenda na região também produtora de trigo e uva. Nas terras de Pedro Vaz, próxima a sua residência, foi erigida uma capela em honra a São Roque, no local no qual hoje situa-se o Largo da Matriz. Semelhantemente, Fernão Paes construiu em sua fazenda – atual bairro Santo Antônio - uma capela para Santo Antônio.

O povoado inicial de São Roque cresceu lentamente, passando a ser conhecido como “Capela de São Roque do Carambei”. Em agosto de 1768 São Roque foi elevada a freguesia do município de Santana de Parnaíba. Em 10 de julho de 1832, passou a ser categorizado como vila. Tendo em vista o crescimento do comércio e lavoura concomitante a escassez de mão-de-obra, os lavradores lançaram mão da importação de escravos africanos, introduzindo novos cultivos na região, tais como a cultura de milho, cana e café, ao mesmo tempo em que emergiam e se intensificavam as desigualdades sociais entre indivíduos livres e escravizados.

Devido ao crescimento econômico, em 22 de abril de 1864 São Roque foi elevada a cidade. O período entre 1872 e 1875 constitui um marco por conta da fundação da Santa Casa de Misericórdia e a construção da Estrada de Ferra Sorocabana.

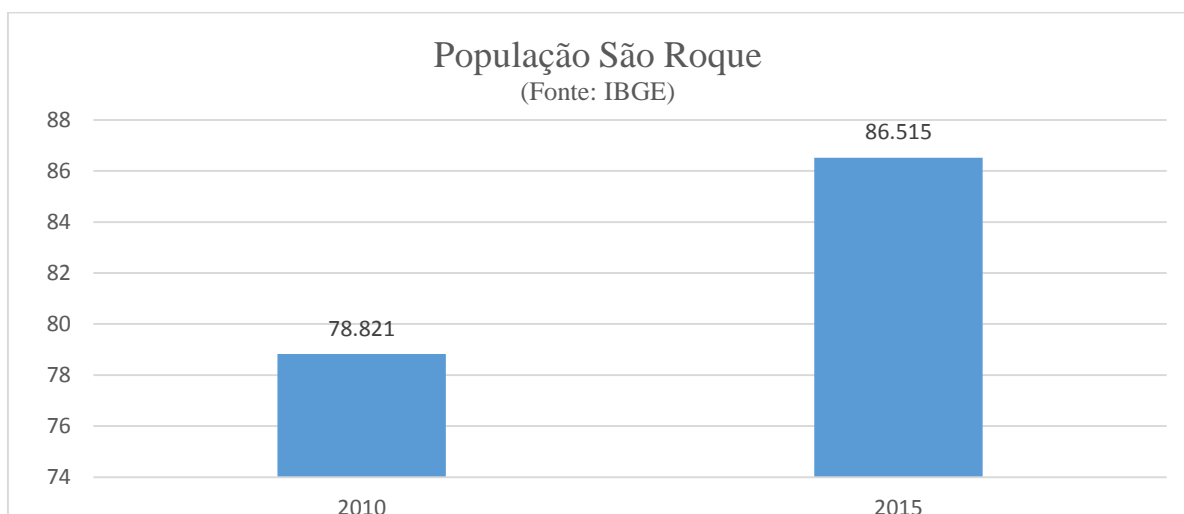
O evento da ocasião da Proclamação da República também forneceu um novo impulso a São Roque, tendo em vista o recebimento de imigrantes italianos, fato esse que possibilitou a emergência da vitivinicultura no município, bem como a instalação da Brasital, uma das primeiras indústrias têxteis brasileiras, cuja atividade se manteve até meados dos anos 1970. Em 1987, os prédios que compunham a Brasital tornaram-se patrimônio público municipal, passando a compreender um centro cultural e educativo para a população sanroquense.

Em 1990, em função de seu reconhecido potencial nos âmbitos histórico, ecológico e cultural, São Roque recebeu o título de Estância Turística, tornando-se famosa por seu patrimônio histórico, pela preservação da Mata Atlântica e pelas opções relacionadas ao lazer e ao Enoturismo presentes no município.

Mapa da cidade



Crescimento da populacional



População estimada 2015	86.515
População 2010	78.821
Área da unidade territorial (km²)	306,908
Densidade demográfica (hab/km²)	256,82

Fonte: IBGE

Dados gerais

Síntese das Informações		
Área da unidade territorial	306,908	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	15	estabelecimentos
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,768	
Matrícula - Ensino fundamental - 2012	11.811	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2012	3.321	matrículas
Número de unidades locais	2.956	unidades
Pessoal ocupado total	22.44	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	23.714,89	reais
População residente	78.821	peessoas
População residente - Homens	38.762	peessoas
População residente - Mulheres	40.059	peessoas
População residente alfabetizada	70.032	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	22.713	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	51.616	peessoas
População residente, religião espírita	2.998	peessoas
População residente, religião evangélicas	16.069	peessoas
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	493,33	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	660,00	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	2.589,93	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	3.147,12	reais

Fonte: IBGE

Características da região

Situada a cerca de 60 km da capital do estado, São Roque pertence a Bacia Hidrográfica do Médio Tietê e à Região Administrativa (RA) de Sorocaba.

A Região Administrativa de Sorocaba é composta por 79 municípios, abarcando uma diversificada estrutura econômica, envolvendo tanto o setor agropecuário quanto o setor industrial (SEADE, 2010).

No que tange ao âmbito agropecuário, a região apresenta uma gama de produtos, abrangendo a produção de carne bovina, milho, carne de frango, cana-de-açúcar, feijão, trigo, algodão, repolho, beterraba, pêssego, tomate, abóbora e batata.

O setor industrial também se mostra diversificado, compreendendo desde setores de fiação e tecelagem até fabricação de componentes aeronáuticos. A região também apresenta indústrias de metalurgia básica e de minerais não metálicos. Devido a recente intensificação industrial, empresas prestadoras de serviços complementares ao processo produtivo também passaram a se instalar na Região Administrativa (SEADE, 2010).

Desta forma, a convergência de investimentos na região deve-se a proximidade desta com os grandes centros industriais de São Paulo e Campinas, interligados por rodovias de alta qualidade. Esses elementos terminaram por atrair os investidores em busca de terras alternativas bem localizadas as quais, porém, com custos menores de instalação.

Condições de vida

Condições de Vida	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza	2010	41	...	45
	2012	43		46
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Longevidade	2010	62	...	69
	2012	63		70
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Escolaridade	2010	53	...	48
	2012	55		52
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS	2010	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais		
	2012	Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais		

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM	2010	0,768	...	0,783
Renda per Capita - Censo Demográfico (Em reais correntes)	2010	778,30	753,70	853,75
Domicílios Particulares com Renda per Capita até 1/4 do Salário Mínimo - Censo Demográfico (Em %)	2010	6,33	5,98	7,42
Domicílios Particulares com Renda per Capita até 1/2 Salário Mínimo - Censo Demográfico (Em %)	2010	17,42	17,40	18,86
Habitação e Infraestrutura Urbana	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Coleta de Lixo – Nível de Atendimento (Em %)	2010	97,94	99,56	99,66
Abastecimento de Água – Nível de Atendimento (Em %)	2010	78,25	96,89	97,91
Esgoto Sanitário – Nível de Atendimento (Em %)	2010	60,41	91,08	89,75
Educação	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (Em %)	2010	4,48	4,40	4,33
População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (Em %)	2010	53,62	60,33	58,68
Emprego e Rendimento	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Participação dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	3,00	2,56	2,28
Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	23,48	31,48	19,38
Participação dos Empregos Formais da Construção no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	4,54	4,50	5,23
Participação dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	26,39	21,50	19,72
Participação dos Empregos Formais dos Serviços no Total de Empregos Formais (Em %)	2014	42,60	39,97	53,39
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Em reais correntes)	2014	1.038,89	1.288,28	1.652,59
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Indústria (Em reais correntes)	2014	2.129,20	3.124,60	3.194,95

Rendimento Médio dos Empregos Formais da Construção (Em reais correntes)	2014	1.613,61	1.890,56	2.385,21
Rendimento Médio dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (Em reais correntes)	2014	1.547,84	1.730,18	2.072,24
Rendimento Médio dos Empregos Formais dos Serviços (Em reais correntes)	2014	1.951,73	2.123,74	2.903,96
Rendimento Médio do Total de Empregos Formais (Em reais correntes)	2014	1.843,16	2.320,91	2.740,42

Fonte: Informações dos Municípios Paulistas – Fundação SEADE

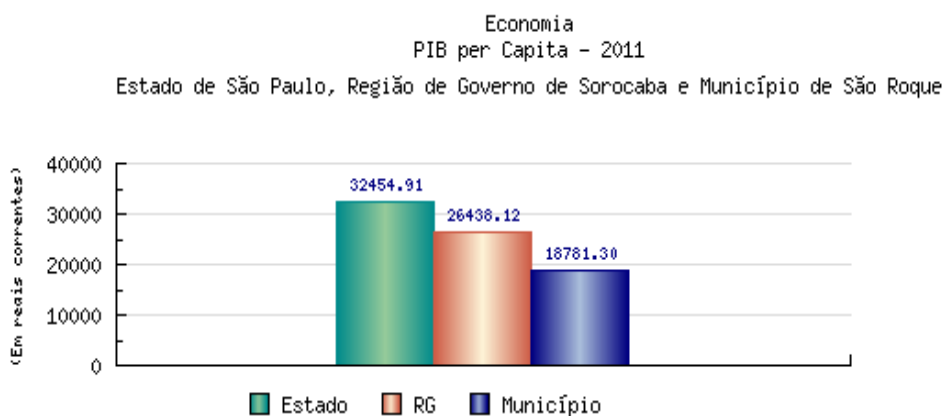
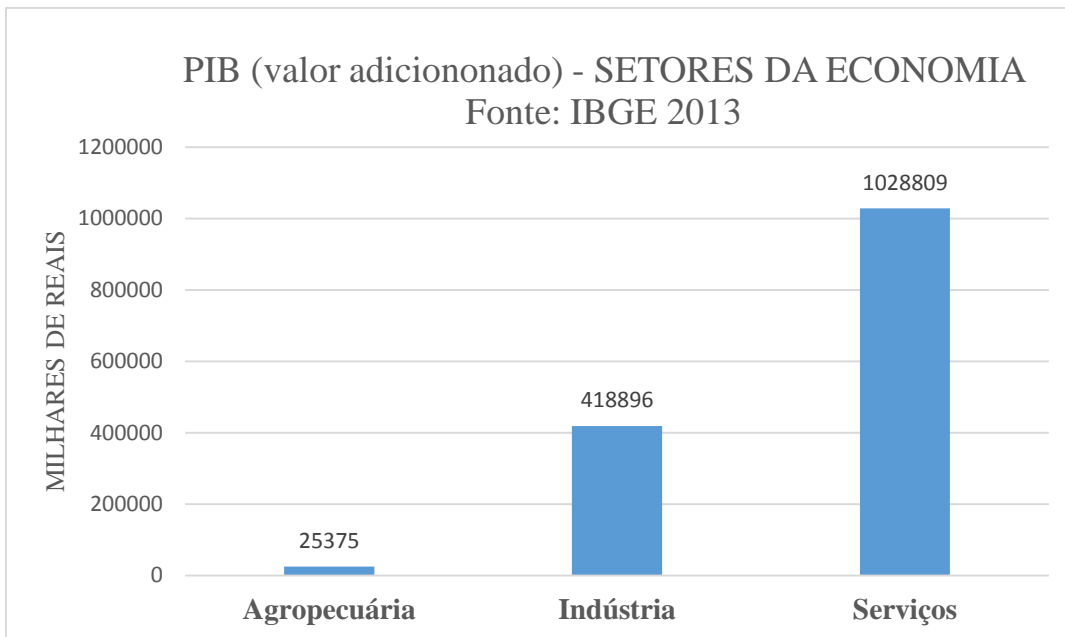
Economia

A Estância Turística de São Roque desenvolve turismo rural, ecológico e enogastrônomico. A produção econômica do município envolve a produção de vinhos artesanais, produtos orgânicos e alcachofra.

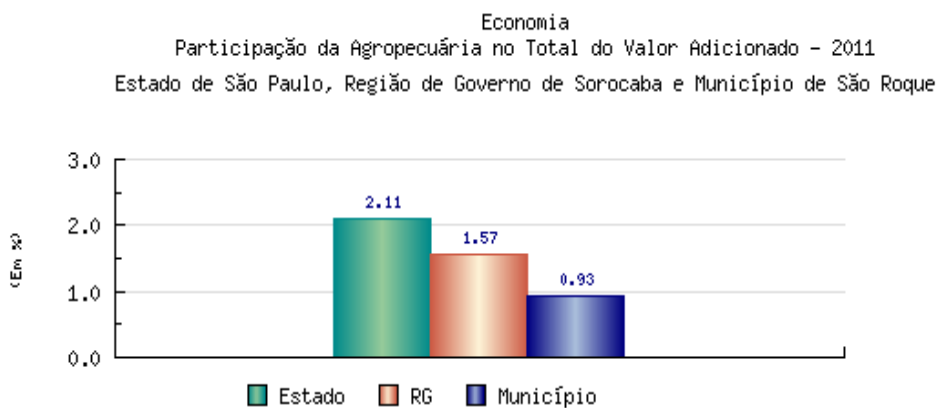
Os gráficos e tabelas a seguir demonstram o PIB do município, indicando sua arrecadação nas atividades industriais e agropecuárias, estabelecendo ainda um comparativo entre o total arrecadado pelo mesmo, pelo estado de São Paulo e pela Região do Governo de Sorocaba.

Produto Interno Bruto dos Municípios 2013		
Valor adicionado bruto da agropecuária, a preços correntes	25.375	mil reais
Valor adicionado bruto da indústria, a preços correntes	418.896	mil reais
Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - exclusive administração, saúde e educação públicas e seguridade social	1.028.809	mil reais
Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, a preços correntes	268.645	mil reais
Valor adicionado bruto Total, a preços correntes	1.741.726	mil reais
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	261.234	mil reais
PIB, a preços correntes	2.002.960	mil reais
PIB per capita	23.714,89	reais

Fonte: IBGE, em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais do Governo e SUFRAMA

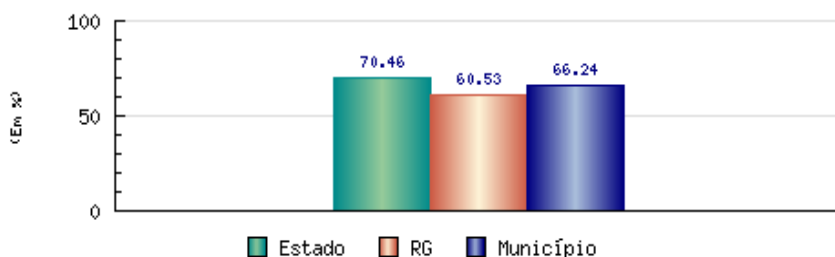


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Fundação Seade.



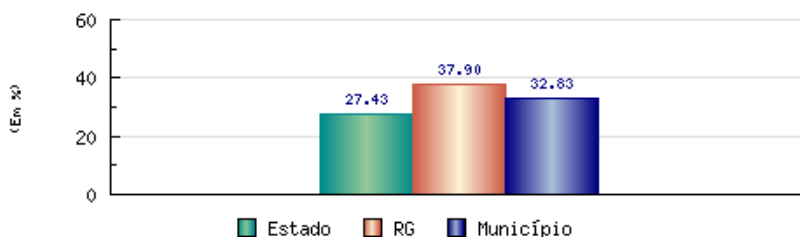
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Fundação Seade.

Economia
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado - 2011
Estado de São Paulo, Região de Governo de Sorocaba e Município de São Roque



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Fundação Seade.

Economia
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado - 2011
Estado de São Paulo, Região de Governo de Sorocaba e Município de São Roque



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Fundação Seade.

Cultura e turismo

São Roque possui uma tradição cultural vinculada a história do município, na qual pode-se observar a predominância de aspectos religiosos, tais como a realização da “Festa de São Benedito”, programação que inclui missas, quermesse, procissão e manifestações artísticas; o Carnaval são-roquense, que é um dos mais famosos do interior do estado de São Paulo, no qual milhares de pessoas param para acompanhar os desfiles; as romarias da cidade, como as dos “Cavaleiros de São Jorge”, com peregrinação à cidade de “Pirapora do Bom Jesus”; a “Festa de Nossa Senhora do Carmo”, realizada em um bairro quilombo do município, bem como a tradicional Festa de Agosto, que tem como homenageado São Roque, o padroeiro da cidade.

O município ainda promove anualmente tradicionais eventos esportivos, como o “Open de Vôlei de Praia”, “Beach Soccer” e “Beach Basquete”, que reúne atletas de todo o país, a “Corrida de Aleluia”, uma das mais antigas do estado e o “Festival de Inverno no Ski Mountain Park”.

A cidade também tem como tradição a “Festa de Peão de São Roque” e as festas de tradição imigrante, como a “Festa das Nações” e o “Festival de Cerejeiras de Bunkynos”. Outra tradição forte no município é o “Festival de Orquídeas e Plantas Ornamentais” e a “Expo São Roque”, que é o principal evento turístico da cidade, com gastronomia a base de alcachofras, vinhos, pisa de uma e diversas atrações. Por último, torna-se pertinente apontar que outro evento que reforça o turismo na cidade é o “Natal Iluminado”, enfeitando o centro com milhares de luzes e mobilizando os moradores a enfeitarem suas casas.

2.2 Nome, endereço, aspectos legais do Câmpus

Nome	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus São Roque
Sigla	IFSP - SRQ
CNPJ	10882594/0006-70
Endereço	Rodovia Prefeito Quintino de Lima, 2100 - Paisagem Colonial - São Roque/SP
CEP	18136-540
Telefone	(11) 4784-9470
Fac Símile	(11) 4784-9472
Página institucional da internet	http://srq.ifsp.edu.br
E-mail	edu-srq@ifsp.edu.br
Dados Siafi: UG::	158329
Gestão	26439
Autorização de funcionamento	Portaria Ministerial nº 710, de 09/06/2008

2.3 Cursos oferecidos

Nome do Curso	Início da oferta
Licenciatura em Ciências Biológicas	2010
Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (Parceria SEE)	2012
Tecnologia em Gestão Ambiental	2012
Tecnologia em Viticultura e Enologia	2013
Técnico em Serviços Públicos (Parceria Rede e-Tec Brasil)	2013
Bacharelado em Administração	2014
Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio	2015

Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio	2015
--	------

2.4 Estrutura do Câmpus

Infraestrutura Básica

Tipo de Instalação	Quantidade Atual	Quantidade prevista até 2018	Área (m²)*
Auditório	1	1	370m ²
Biblioteca	1	1	571,9m ²
Ginásio poliesportivo coberto	0	1	600m ²
Instalações Administrativas	4	8	366m ²
Refeitório	0	1	150m ²
Laboratórios	6	17	2611,48m ²
Salas de aula	8	16	995.9 m ²
Salas de Coordenação	1	2	80 m ²
Salas de Docentes	1	21	230 m ²

*Conforme previsto no PDI 2014-2018.

2.5 Contexto escolar

O Câmpus São Roque encontra-se localizado em um bairro periférico do município. Apesar de ter iniciado suas atividades tendo em vista uma demanda de desenvolvimento agrônomo da região, a mudança de CEFET para IFSP implicou em uma modificação na estrutura e finalidades estabelecidas para a escola, inclusive no que se refere ao percentual das vagas ofertadas, das quais 50% passaram a ser destinadas para matrículas em cursos técnicos, de preferência integrados ao Ensino Médio, e 20% em cursos de formação de professores, conforme determina a Lei nº 11892 de 2008, que cria os Institutos Federais.

Na busca de orientar sua oferta formativa em prol da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, constatou-se a demanda de oferta de cursos nas áreas das ciências agrárias, ambientais e gestão. Fato esse que resultou no oferecimento de diferentes formas de graduação, como cursos de Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado, e na

oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, como o Técnico em Administração e Técnico em Alimentos integrados ao Ensino Médio.

Desta forma, ao ofertar cursos de nível médio e superior, o Câmpus São Roque atende uma clientela escolar de diferentes faixas etárias, recebendo alunos, em sua maioria, do próprio município, da Região Metropolitana de São Paulo, da Grande São Paulo e de municípios circunvizinhos do município no qual se encontra o Câmpus. A questão da convivência entre adolescentes e adultos na divisão de um mesmo espaço escolar implica no reconhecimento da coexistência de diferentes sujeitos, com diferentes perfis e diferentes motivações, que buscam em comum um melhor nível de educação e, conseqüentemente, uma melhora nas condições de vida. A maioria da clientela escolar é oriunda de famílias menos favorecidas socioeconomicamente, que possuem renda familiar mensal inferior a cinco salários mínimos.

2.6 Recursos Humanos

Corpo docente

Nome	Titulação	Área de atuação
Alan Bergamo Ruiz	Mestrado	Construção Civil
Alequexandre Galvez de Andrade	Mestrado	Gestão
Alessandra Jacqueline Vieira	Mestrado	Língua Portuguesa
Alberto Paschoal Trez	Mestrado	Gestão
Andre Kimura Okamoto	Mestrado	Química
Ana Carolina Macena Francini	Mestrado	Língua Portuguesa/Espanhol
Anna Sofia Costa Neri	Mestrado	Gestão
Breno Bellintani Guardia	Doutorado	Ciências Biológicas
Anna Carolina Salgado Jardim	Mestrado	Gestão
Clênio Batista Gonçalves Júnior	Especialização	Informática
Duzolina Alfredo Felipe de Oliveira	Mestrado	Educação
Eduardo Roque Mangini	Mestrado	Gestão
Fábio Laner Lenk	Mestrado	Viticultura
Fabio Patrik Pereira de Freitas	Mestrado	Agronomia
Fernando Santiago dos Santos	Doutorado	Ciências Biológicas
Fernando Schoenmaker	Mestrado	Ciências Biológicas
Flavio Trevisan	Doutorado	Agronomia
Francisco Rafael Martins Soto	Mestrado	Agronomia
Frank Viana Carvalho	Doutorado	Educação
Genilson Cordeiro Marinho	Mestrado	História
Glória Cristina Marques Coelho Miyazawa	Mestrado	Ciências Biológicas
Hamilton Carvalho da Silva	Mestrado	Gestão
João Paulo Jeannine Andrade Carneiro	Doutorado	Geografia
Joelson Alves do Nascimento	Mestrado	Gestão
José Hamilton Maturano Cipolla	Doutorado	Gestão
José Luiz da Silva	Mestrado	Filosofia
Leonardo Pretto de Azevedo	Doutorado	Agronomia
Luiz Felipe Borges Martins	Mestrado	Gestão Ambiental
Marcelo Cizaurre Guirau	Doutorado	Língua Portuguesa/Inglês
Márcia de Oliveira Cruz	Doutorado	Matemática
Márcio Pereira	Doutorado	Ciências Biológicas

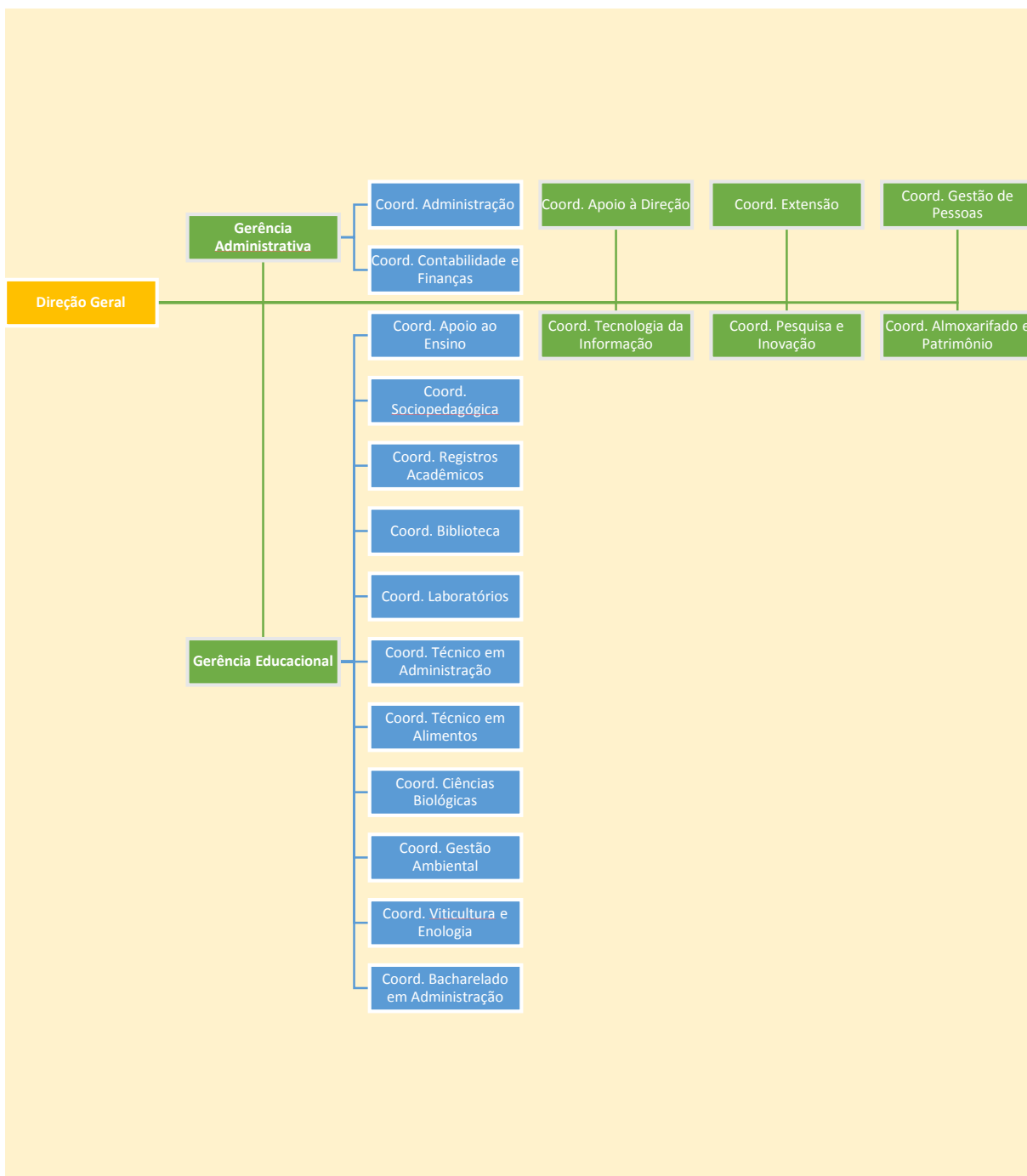
Maria Júlia Mendes Nogueira	Mestrado	Artes
Maritê Carlin Dal'Osto	Mestrado	Viticultura
Mariana Bizari Machado de Campos	Mestrado	Química
Mitchell Christopher Sombra Evangelista	Mestrado	Matemática
Nelio Fernando dos Reis	Doutorado	Gestão
Osias Baptista de Souza Filho	Mestrado	Informática
Rafael Batista Novaes	Mestrado	Educação Física
Rafael Fabrício de Oliveira	Mestrado	Geografia
Renan Felício dos Reis	Mestrado	Gestão Ambiental
Ricardo dos Santos Coelho	Doutorado	Química
Rogério de Souza Silva	Doutorado	Sociologia
Rogério Tadeu da Silva	Mestrado	Gestão
Rogério Tramontano	Doutorado	Física
Rosana Mendes Roversi	Mestrado	Alimentos
Sandro Heleno Morais Zarpelão	Mestrado	História
Sandro José Conde	Doutorado	Ciências Biológicas
Silce Adeline Danelon Guassi	Mestrado	Alimentos
Silvana Haddad	Doutorado	Ciências Biológicas
Suzy Sayuri Sassamoto Kurokawa	Mestrado	Química
Tarina Unzer Macedo Lenk	Mestrado	Gestão
Vanderlei José Ildefonso Silva	Mestrado	Ciências Biológicas
Waldemar Hazoff Junior	Doutorado	Gestão
William Vieira	Mestrado	Matemática

Corpo administrativo

Nome do Servidor	Cargo	Setor
Adriana Martini Moreira Gomes	Assistente em Administração	Coord. Registros Acadêmicos
Adriano Costa Prado	Psicólogo	Coord. Sociopedagógica
Ana Rita Dantas da Silva	Assistente Social	Coord. Sociopedagógica
Benedito Aurélio Pereira	Assistente em Administração	Coord. Registros Acadêmicos
Bento Filho de Sousa Freitas	Técnico em Assuntos Educacionais	Coord. Sociopedagógica
Cleiton Gonzalez	Técnico de Tecnologia da Informação	Coord. Tecn. da Informação
Christine Hauer Piekartz	Médica Veterinária	Coord. Laboratórios
Daniela Alessandra Landi Martimiano	Assistente em Administração	Gerência Administrativa
Eddy Bruno dos Santos	Auxiliar em Administração	Coord. Gestão de Pessoas
Elenice Luzia Ribeiro	Auxiliar de Biblioteca	Biblioteca/CAE
Eli da Silva	Administrador	Coord. Administração
Elis Regina Ferreira	Assistente de Alunos	Coord. Apoio ao Ensino
Fábio Stefani da Silva	Assistente de Alunos	Coord. Apoio ao Ensino
Fernanda Rodrigues Pontes	Bibliotecária	Biblioteca/CAE
Héber Vicente Bensi	Bibliotecário	Biblioteca/CAE
Herlison Ricardo Domingues	Técnico em Contabilidade	Coord. Administração
Janaína Ribeiro Bueno Bastos	Pedagoga	Coord. Sociopedagógica
Jean Louis Rabelo de Moraes	Assistente em Administração	Coord. Almoz. e Patrimônio
Karina Monteiro Pinheiro	Técnica em Contabilidade	Coord. Administração
Lêni Helen Vieri Piacuzzi	Pedagoga	Coord. Sociopedagógica
Maira Oliveira Silva	Técnica em Alimentos	Coord. Laboratórios
Manoel Aparecido Martins	Técnico em Assuntos Educacionais	Coord. Sociopedagógica
Marcos Akio Hirakawa	Assistente em Administração	Coord. Almoz. e Patrimônio
José Otávio Gengo Junior	Auxiliar em Administração	Coord. Apoio à Direção
Rafael Billar de Almeida	Assistente em Administração	Coord. Registros Acadêmicos
Ramieri Moraes	Técnico de Laboratório Agrícola	Coord. Laboratórios
Ricardo Augusto Rodrigues	Técnico de Laboratório – Química	Coord. Laboratórios
Rodrigo Favoreto Rodrigues	Assistente em Administração	Coord. Almoz. e Patrimônio

Roseli Gomes de Lima Costa	Técnica em Assuntos Educacionais	Coord. Sociopedagógica
Silvan Amaro Oliveira	Técnico de Tecnologia da Informação	Coord. Tecnologia da Informação
Sonia Maria Chanes Ferreira	Técnica em Enfermagem	Coord. Gestão de Pessoas
Tiago João Vaz	Técnico de Tecnologia da Informação	Coord. Tecn. da Informação

Organograma do Câmpus



Capítulo 3 – Pressupostos Filosóficos e Pedagógicos do Câmpus São Roque

A reorganização da escola deverá ser buscada de dentro para fora. O fulcro para a realização dessa tarefa será o empenho coletivo na construção de um projeto político-pedagógico e isso implica fazer rupturas com o existente para avançar (VEIGA, 2002, p.33).

Os pressupostos que embasam o Projeto Político-Pedagógico do Câmpus São Roque respaldam-se nos princípios que demarcam a escola pública, gratuita e democrática (VEIGA, 2002). Por conseguinte, o processo educativo desenvolvido na instituição necessita abarcar o compromisso com o oferecimento de uma educação de qualidade, como direito do cidadão. Logo, a permanente busca pela educação de qualidade constitui o eixo norteador de todas as ações e processos desenvolvidos no Câmpus.

Uma vez que a escola compreende uma instituição pública e gratuita, torna-se necessário refletir acerca das implicações decorrentes dessa configuração. Nestes termos, o sentido de “pública” circunscreve o “direito de todos”, que carrega em si o reconhecimento da heterogeneidade da clientela atendida pela instituição e sua necessária inclusão. Conforme alerta Saviani (1982), na medida em que o reconhecimento da heterogeneidade revela a existência de uma desigualdade entre os educandos no ponto de partida, a escola deve firmar o compromisso político de buscar propiciar a todos, através de sua mediação, uma igualdade no ponto de chegada, no que tange ao processo de ensino e aprendizagem e ao desenvolvimento das habilidades necessárias para o exercício da cidadania. Isso porque a qualidade do processo de ensino e aprendizagem não pode ser privilégio de uma minoria socialmente favorecida (VEIGA, 2002).

Semelhantemente, o alcance da qualidade na educação requer o envolvimento de todos os atores que compõem a instituição educacional, bem como o estabelecimento de um compromisso coletivo, na busca da materialização das propostas de interesse real da comunidade escolar. Processo esse que, para ser materializado, necessita da abertura ocasionada por uma gestão democrática, em consonância com o estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96, Art. 14).

Segundo Veiga (2002), a adoção da gestão democrática requer a socialização do poder, o aumento da participação coletiva e a diminuição do individualismo, bem como o desenvolvimento de relações de reciprocidade e solidariedade que implicam na eliminação da exploração e opressão. Nesse sentido, o processo de tomada de decisão administrativo/pedagógico na gestão democrática requer a participação dos diferentes segmentos que compõem a instituição, manifesto através de seus representantes nas esferas do

Conselho de Câmpus, Colegiados de curso, Conselhos de Classe Pedagógicos e Deliberativos bem como nas comissões e núcleos que estruturam os trabalhos desenvolvidos na instituição, no exercício da liberdade como direito constitucional.

Rios (1982) compreende a liberdade como uma experiência coletiva dotada de limites e possibilidades, na qual os sujeitos do processo educativo são livres com os outros, e não apesar dos outros. Liberdade que visa o bem comum e, por esse motivo, não está dissociada da ética inerente a prática cidadã, que deve acompanhar as ações de considerar os elementos constitutivos da organização, refletir sobre eles e, quando necessário, readequá-los, na busca permanente de repensar a práxis (FREIRE,1996).

O exercício da participação democrática e do compromisso político da comunidade escolar requer o conhecimento e a clareza quanto a missão institucional, no que tange as finalidades e objetivos aos quais a escola se propõe, em função desses constituírem as bases do processo de reflexão, da tomada de decisão e da ação sobre o ato educativo.

Isso porque a mobilização do coletivo só ocorre na medida em que os sujeitos que integram esse processo possuem um objetivo comum definido, e quando todos os envolvidos encontram-se imbuídos nesse propósito.

A partir disso, as decisões sobre os diferentes aspectos da organização escolar que refletem no ato pedagógico podem se constituir como fruto de deliberações coletivas, especificamente no que se refere a: a) estrutura organizacional, na interação existente entre as estruturas administrativa e pedagógica, e as relações funcionais entre elas, considerando a estrutura administrativa como a responsável pela gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros, e a estrutura pedagógica como os setores intrínsecos ao desenvolvimento do trabalho pedagógico, que determinam o rumo das ações administrativas; b) organização dos currículos, considerando, por sua não neutralidade, os fins que os mesmos se destinam, a opção por adotar uma forma integradora e não fragmentada do conhecimento, com amplitude e diálogo; c) forma de organização do tempo escolar, que propicie espaço para estudos, reflexão e integração de forma não compartimentada; d) avaliação contínua de todo o processo, com caráter criador, democrático, passível de autocrítica, resultante de um processo coletivo de avaliação diagnóstica, que não pode servir como instrumento de exclusão de alunos ou servidores.

A efetivação da gestão democrática requer, além do esforço coletivo, a dispensação de tempo. Tempo para refletir, dialogar, discutir; tempo e espaço para realizar reuniões e debates

que permitam confrontos positivos típicos da democracia, que possuam o bem comum como denominador.

Segundo Lodi & Araújo (2007), a escola democrática se define através da participação dos profissionais da educação e do corpo discente no trabalho, na convivência e nas atividades de integração, no estabelecimento do diálogo, nas ações que movimentam os acordos e os projetos coletivos, sendo que a participação autêntica exige ainda o esforço para compreender e intervir (LODI; ARAÚJO, 2007), o que traduz uma atitude ética em relação ao meio social.

Dessa forma, o compromisso da escola estabelecido na busca de oferecer qualidade a todos aponta para a efetivação da cidadania do educando. Por sua vez, o percurso da cidadania não se limita ao direito de participar da vida pública, porquanto presume a efetivação da dignidade humana (LODI; ARAÚJO, 2007), dignidade que implica no compromisso com o reconhecimento, respeito e inclusão dos educandos, na ação de lançar o olhar sobre os mesmos, como indivíduos fim do processo educativo.

Por conta da própria estrutura de organização dos institutos federais, que prevê o destino das vagas ofertadas a diferentes níveis e modalidades de ensino, tais como cursos de nível médio e superior, o cotidiano do Câmpus é marcado pelo compartilhamento do espaço entre adolescentes e adultos. O reconhecimento dessa diferença não implica em uma visão reducionista que se limita a compreender a coexistência de alunos menores e maiores em um mesmo espaço, mas sim a busca da construção de um olhar cuidadoso sobre os sujeitos da escola, sobre suas diferenças, em prol de um melhor delineamento do trabalho pedagógico da instituição.

Conforme resgata Oliveira (2014), o termo adolescência tem origem no latim *adolescere*, que significa amadurecer, crescer, desabrochar, compreendendo uma fase do desenvolvimento caracterizada pelo amadurecimento do corpo biológico e da estrutura psicológica. Contudo, a adolescência não pode ser concebida como um fenômeno unicamente biológico, porquanto não está dissociado de fatores culturais do processo sócio-histórico. Nesse sentido, Bock (2004) alerta que a adolescência na atualidade sofre implicações decorrentes da sociedade capitalista, a qual introduziu mudanças na maneira de viver. A autora aponta que a revolução industrial permitiu a sofisticação tecnológica do trabalho, o que trouxe consigo a exigência do prolongamento do tempo de formação e escolarização, terminando por retardar a entrada do jovem no mercado de trabalho e aumentar os requisitos desse ingresso. Sendo assim, a vivência da adolescência passou a comportar um período de latência, de preparo para a vida adulta, que é vivenciado em grande parte na escola (BOCK, 2004).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da estrutura psicológica na adolescência ocorre através das mediações estabelecidas pelas interações sociais, pelos signos culturais e implicações históricas, que permitem o indivíduo adquirir uma nova forma de atividade intelectual, compreender melhor a realidade, desenvolver a autoconsciência enquanto internalização da consciência social bem como apresentar novos interesses (VIGOTSKI, 1996).

Em síntese, o desenvolvimento psicológico na adolescência atravessa a reconstrução da autoimagem e senso de identidade, a mudança da significação da relação com os pais e com os grupos de pares e a elaboração de perspectivas para o futuro (OLIVEIRA, 2014).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) reconhece a condição do adolescente como ser em desenvolvimento, digno da proteção especial da família, da sociedade e do Estado, em regime de responsabilidade compartilhada, que possuem a incumbência de zelar pelos direitos relativos a todas as dimensões do desenvolvimento humano.

Nessa perspectiva, por conta da vulnerabilidade do adolescente, se estabelece um modelo de responsabilidade com ênfase na prevenção e proteção social contra as formas de violência, entre os âmbitos da família, escola, comunidade, saúde, assistência e segurança. Afirmação essa que não tem a pretensão de infantilizar o adolescente, mas de reforçar a necessidade da instituição assumir a responsabilidade de tutoria compartilhada junto com a sociedade, não em uma perspectiva paternalista, mas de proteção e mediação no desenvolvimento de habilidades que colaborem para a conquista de sua autonomia.

Nesse sentido, há que se reconhecer a existência de conflitos geracionais entre os educandos, cujo cerne pode abranger desde a crise da autoridade que marca nosso tempo (ARENDR, 1997), quanto a crença nos discursos que atribuem estereótipos de rebeldia e marginalização aos jovens, pautados por vezes na experiência que cada indivíduo possui em seu próprio meio familiar (OLIVEIRA, 2014). Os conflitos geracionais necessitam ser trabalhados, porém, não com o intuito de eliminar as diferenças existentes, no sentido de argumentar que adolescentes e adultos estariam em uma mesma condição e que por isso, devem ser tratados igualmente. O reconhecimento das diferenças é necessário para que os direitos à cidadania se efetivem, de forma a combater a reprodução de práticas de injustiça.

Sendo assim, a escola pública, gratuita e de qualidade necessita se estruturar como um ambiente ético e inclusivo, que reflita os ideais do convívio e da justiça social. Ideais esses que pressupõem rupturas com o plano do discurso em prol de sua materialização no cotidiano escolar.

O valor da ética abrange a prática constante de pensar, refletir e construir, sobretudo em um mundo no qual não se está só, no qual o fator da convivência resume a própria condição humana. Assim, a ética sempre está em relação, ou seja, em relação ao outro, como conjunto de princípios de conduta que regulam as relações humanas com o mundo (LODI; ARAÚJO, 2007). É a partir do exercício constante de dialogar, entender e intervir, do constante exercício ético democrático, que a escola terá condições de possibilitar que os alunos sejam livres e autônomos para pensarem e julgarem do ponto de vista ético que a participação democrática exige na efetivação da cidadania.

Ora, o desafio se faz presente na medida que o meio social não compreende um espaço homogêneo com posicionamentos e ideias afins. Deve-se ter consciência que a ética cumpre a exigência do convívio democrático, do direito também do outro, do apreço a inclusão de todos. A postura ética permeada pelo compromisso cidadão e democrático implica na ação de empreender um enfrentamento aos preconceitos e as discriminações oriundos da repulsa às deficiências, às diferenças sociais, econômicas, psíquicas, físicas, raciais, religiosas, culturais, ideológicas e de gênero.

Afirmar essa que na prática implica na construção de um olhar coletivo e positivo acerca das diferenças, e na aceitação e inclusão de todos no âmbito escolar. Processo esse que não objetiva simplesmente o alcance da inclusão de todos em uma sociedade desigual, mas sim a busca da construção de uma sociedade cerceada pela democracia, pela igualdade e pela justiça social:

Como agentes políticos comprometidos com um projeto democrático e popular, precisamos ampliar a abrangência de nossas ações educativas. A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho, numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (PACHECO, 2011, p.8).

Nesse ponto, a consideração e a inserção escolar no mundo do trabalho compreendem estratégias que confluem para a reestruturação do meio social. Nessa perspectiva, convém resgatar que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Art. 1º, prevê que a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.

Contudo, torna-se pertinente resgatar que tal diretriz não atribui como papel da escola a mecânica ação de formar o educando para uma ocupação determinada por um mercado transitório, mas sim em possibilitar uma educação escolar que vá ao encontro de uma atuação voltada para o mundo do trabalho. Afirmar essa que se estende sobretudo à educação

profissional promovida pelos institutos federais, a qual não busca a simples formação de um profissional para o mercado de trabalho, mas sim a formação de um cidadão para o mundo do trabalho (IFSP, 2013). Logo, o trabalho pedagógico necessita estar voltado para a formação cidadã, a reestruturação da sociedade em uma perspectiva inclusiva, e não nos moldes da simples aquisição de habilidades para inserção em um mercado ditado por valores e regras capitalistas.

Nestes termos, há que se considerar que, com o advento da modernidade, a escola em relação ao público adolescente passou a representar o espaço responsável para a preparação para a entrada no mundo profissional, inclusive como lugar de “tempo de espera” para essa oportunidade (OLIVEIRA, 2014). Ademais, o ingresso de jovens e adultos no ensino superior e tecnológico tende a significar também melhores oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, o acesso a melhores condições de vida. Dessa forma, se reitera a necessidade da educação estar vinculada ao mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, formar cidadãos para o mundo do trabalho significa proporcionar:

...o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências que os habilitem efetivamente para analisar, questionar e entender os fatos do dia a dia com mais propriedade, dotando-os, também, de capacidade investigativa diante da vida, de forma mais criativa e crítica, tornando-os mais aptos para identificar necessidades e oportunidades de melhorias para si, suas famílias e a sociedade na qual vivem e atuam como cidadãos (BRASIL, 2012, p.9).

A educação para o mundo do trabalho envolve uma formação integrada para a vida, para exercer a atuação reflexiva e crítica sobre o mundo, em prol da modificação das estruturas sociais fundadas em relação desiguais que naturalizam a dicotomia de opressores e oprimidos, a fim de alcançar o sentido real e humanizado do trabalho, enquanto oportunidade de aprendizagem e realização (MORIN, 2001).

Logo, a educação escolar, no diálogo com o mundo do trabalho, deve atentar para o apreço a solidariedade e a cidadania no sentido de buscar o desenvolvimento da capacidade de agir sobre o mundo. A tarefa do processo educativo consiste também na libertação da idealização construída em torno dos donos do poder nesse jogo de forças, de romper as possíveis identificações do oprimido com o opressor, em prol da libertação de ambos (FREIRE, 1996).

Nessa perspectiva, cabe citar que a formação para o mundo do trabalho também pode envolver o desenvolvimento para a ação empreendedora, fornecendo ao educando o desenvolvimento de habilidades que possibilitem criar, conduzir e implementar novos planos de vida, trabalho, estudos e negócios (SOUZA et al, 2004). Semelhantemente, a educação

escolar tem o potencial de despertar nos educandos o desenvolvimento da cooperação, no sentido da colaboração entre indivíduos para o alcance de objetivos comuns (QUARTIERO, 2010).

Por conseguinte, o processo educativo no Câmpus necessita buscar a efetivação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sobretudo devido ao compromisso da instituição com a formação cidadã para a atuação profissional no mundo do trabalho, com a integração e a verticalização do ensino, com o fortalecimento dos arranjos produtivos locais e com a produção e desenvolvimento de tecnologias voltadas a preservação do meio ambiente, na busca de tornar-se centro de referência do ensino de ciências (BRASIL, 2008).

Nesse processo, nenhum elemento que compõe a tríade ensino, pesquisa e extensão pode assumir um papel coadjuvante. Antes, cada um necessita ser desenvolvido com equidade, a fim de possibilitar que a instituição forneça efetivamente sua parcela de contribuição para a (re)estruturação social no tempo presente.

Capítulo 4 – Estrutura e Organização dos cursos

Como instituição de ensino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP cumpre com os objetivos da educação nacional, especialmente em relação à sua especificidade: educação básica e profissional e educação superior. Assim, caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, nos termos da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

Nesse sentido, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

Em busca de uma formação humana e cidadã que precede a qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Neste sentido o Câmpus São Roque oferece os seguintes cursos:

4.1- Técnico

Na educação profissional técnica de nível médio retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a formação profissional deve incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa. Por isso, não se trata de priorizar a “parte técnica/profissionalizante” em detrimento

da formação geral, mas de possibilitar o acesso a conhecimentos diversos, promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada. Temos como objetivo a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Só assim podemos contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, prioritariamente, na forma de cursos integrados, podendo ser ofertado em cooperação com estados e municípios. Também podem ser organizados de modo concomitante/subsequente ao ensino médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade local do câmpus, conforme as demandas sociais, acompanhando o percentual de vagas estabelecido em lei para os Institutos Federais.

Os cursos poderão ser oferecidos nos formatos presencial e/ou em forma de educação a distância (EAD).

Técnico Integrado ao Ensino Médio

O curso técnico integrado ao ensino médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental. O curso garante tanto a formação do Ensino Médio quanto a técnica profissional. Tem duração de 3 anos e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo. No IFSP – Câmpus São Roque, são oferecidos os seguintes cursos:

-Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio

O curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio começou a ser oferecido no Câmpus São Roque em 2012, em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo/SEE, firmada pelo Acordo de Cooperação nº 002/2011, aprovado pela Resolução nº 564 de 26 de março de 2012. Em 2015, o curso passou a ser oferecido de forma integral no Câmpus São Roque, no qual os alunos cursam tanto as disciplinas da base nacional comum quanto os componentes curriculares da parte profissionalizante.

O Técnico em Administração atua em processos administrativos nas áreas de recursos humanos, de finanças, de compras, de logística, de vendas, de marketing, de produção e de outros serviços relacionados ao funcionamento de uma organização, tendo como principais atribuições a definição de processos mais eficientes para as situações cotidianas, eventualmente

envolvendo-se com questões mais complexas de gestão organizacional. Tem como diretrizes, em suas ações, a busca da eficiência, eficácia, efetividade e relevância, amparadas na tolerância, no comportamento empreendedor e na ética. Deve ter facilidade de comunicação verbal e escrita, sendo capaz de gerir e trabalhar em equipe. Por causa da formação integrada, o Técnico em Administração consegue relacionar teoria e prática. Está preparado para a cidadania e para o trabalho, inclusive, para empreender novos negócios e projetos. Busca aprimoramento pessoal e profissional, destacadamente por ter aprendido a aprender.

-Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio

De forma semelhante ao curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, o curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio também começou a ser ofertado no Câmpus São Roque em 2012, em parceria com a SEE. A partir de 2015, o curso passou a ser oferecido integralmente pelo Câmpus São Roque.

O Técnico em Alimentos atua no processo de produção, preparo, conservação, comercialização e distribuição de alimentos e matérias primas, suprimentos, equipamentos e insumos utilizados na área alimentícia. Compreende e aplica técnicas e conceitos teóricos e práticos apropriados para as mais diversas circunstâncias relativas à cadeia produtiva de alimentos e bebidas. Auxilia no planejamento, coordenação, e controle de atividades do setor. Realiza sanitização das indústrias de alimentos e bebidas. Controla e corrige desvios dos processos manuais e automatizados. Acompanha a manutenção de equipamentos. Participa do desenvolvimento de novos produtos e processos. Realiza análise sensorial, química, físico-química e microbiológicas. Atua em indústrias de alimentos e bebidas, entrepostos de armazenagem e beneficiamento, laboratórios, instituições de pesquisa consultoria, de fiscalização sanitária e proteção ao consumidor, indústria e comércio de insumos e equipamentos.

Técnico Subsequente

O curso técnico de nível médio subsequente é oferecido a quem já concluiu o Ensino Médio. O Câmpus São Roque oferece desde o início de 2013 o curso Técnico em Serviços Públicos, na modalidade a distância em parceria com a rede e-Tec Brasil. O curso tem duração de 3 semestres e a forma de ingresso é por meio de Processo Seletivo.

Ao final do curso, o estudante deverá estar apto a executar as operações decorrentes de programas e projetos de políticas públicas. O estudante também deverá estar apto a executar funções de apoio administrativo, além de auxiliar no controle dos procedimentos organizacionais, recursos humanos e materiais no âmbito do serviço municipal, estadual e federal. Este profissional deverá desempenhar suas atividades de forma ética, crítica, criativa e empreendedora, com consciência de sua responsabilidade social, domínio da legislação, processos e sistemas das diferentes organizações. Os egressos poderão atuar na área administrativa de instituições públicas desenvolvendo funções de gestão intermediária no atendimento ao público, no apoio administrativo e no controle dos procedimentos organizacionais. Poderão auxiliar na área de orçamento ou de compras, comprometidos com os valores e princípios éticos do serviço público, prestando serviços de qualidade, sendo proativos na busca de informações e criativos na elaboração de soluções.

4.2 Graduação

No contexto dos cursos de Licenciatura, sua oferta visa atender as demandas da sociedade brasileira pela formação de professores de Educação Básica em instituições públicas. Tem-se como objetivo não só a oferta dos cursos de Licenciatura, mas também a qualidade dessa formação de professores como um compromisso político e social. Destaca-se, também, nos cursos de Licenciatura, a importância do uso da pedagogia de projetos e da integração entre teoria e prática, num movimento de práxis em que a avaliação permanente seja o requisito para a excelência. Neste sentido, é necessário articular os cursos de Licenciaturas de forma que em sua organização acadêmica tanto os conteúdos disciplinares como a formação específica para o exercício da docência na educação básica sejam valorizados.

Já os cursos superiores de Tecnologia têm como objetivo garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. Apoiado na Resolução CNE/CP nº 03, de 18/12/2002, orienta-se que a organização curricular dos cursos superiores de tecnologia deverá contemplar o desenvolvimento de competências profissionais, em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade. Para isso, a organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia.

Por fim, os cursos de Bacharelado se relacionam com a formação profissional e foram historicamente organizados segundo o avanço da ciência e sua implicação com o desenvolvimento do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia.

A forma de ingresso nos cursos superiores do IFSP ocorre por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC).

Licenciatura

O curso destina-se a preparar professores para atuarem na Educação Básica. A licenciatura tem duração de oito semestres (quatro anos).

-Licenciatura em Ciências Biológicas

O Câmpus São Roque oferta desde o ano de 2010 o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com duração de quatro anos. O curso é reconhecido pelo MEC conforme Portaria nº 299 de 14 de abril de 2015, tendo obtido nota 5, que é a nota máxima de reconhecimento. O licenciado em Ciências Biológicas, formado pelo IFSP - Câmpus São Roque, estará apto a atuar profissionalmente como docente no Ensino Básico, especificamente no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, desempenhando as seguintes funções: docência em ensino de Ciências, docência em ensino de Biologia, elaboração e condução de atividades de divulgação das Ciências e da Biologia e execução e orientação na área de Ciências Biológicas. Este profissional será capaz de compreender e atuar sobre o processo de ensino-aprendizagem na escola e nas suas relações com o contexto no qual se inserem as instituições de ensino; priorizar o desenvolvimento de competências e habilidades; adotar a prática como componente curricular; adotar estratégias de ensino diversificadas que explorem menos memorização e privilegiem o raciocínio; adotar estratégias de avaliação diversificadas atendendo a múltiplas formas de expressão do conhecimento; ter consciência dos aspectos emocionais e afetivos que envolvem o ensino e a aprendizagem; promover o desenvolvimento de competências cognitivas que viabilizem a relação aluno-professor, aluno-aluno, e professor-professor; considerar, na formação dos alunos da educação básica, suas características socioculturais; tratar a pluralidade de formas de conhecimento cotidiano trazidas por saberes e habilidades dos alunos com respeito; propiciar aprendizagens significativas ancoradas em saberes, conhecimentos e habilidades anteriores dos estudantes; promover o ensino das Ciências com estímulo à

autonomia intelectual do aluno, valorizando a expressão de suas ideias, de seus saberes não científicos, tratando-os como ponto de partida para o entendimento dos saberes científicos; resolver problemas concretos da prática docente e da dinâmica escolar, zelando pela aprendizagem dos alunos; fazer uma leitura orgânica e contextual do conhecimento científico, procurando estabelecer um diálogo permanente com as outras áreas do conhecimento buscando a interdisciplinaridade; tratar os conteúdos de ensino de modo contextualizado, estabelecendo relações entre diferentes conteúdos dentro das Ciências, entre os conhecimentos físicos, químicos e biológicos e outras formas de conhecimentos científicos e saberes cotidianos, e entre a ciência e a sociedade, as tecnologias, a história e a filosofia; propor parcerias que viabilizem a relação escola-sociedade; conhecer e dominar os conteúdos básicos relacionados às Ciências e à Biologia, que são objeto de sua atividade docente, adequando-os às necessidades dos alunos; dominar os conhecimentos das Ciências e da Biologia, tendo tanto a visão global em suas grandes áreas, como o aprofundamento necessário ao ensino das especificidades das mesmas, estando bem alicerçado sobre sua estrutura, com bases matemáticas, éticas e pedagógicas, sólidas e complexas; valorizar o aspecto experimental da Ciência; ter consciência do processo de transformação do conhecimento humano e atualizar constantemente seus estudos para acompanhar as transformações do conhecimento humano, seja do campo educacional geral e específico, seja de campo de conhecimento científico-tecnológico, bem como da vida humana em geral; manter atualizado seus conhecimentos sobre legislação e a atuação profissional; atuar de forma integrada em programas envolvendo equipes multidisciplinares; ser crítico, criativo, participativo e, ético no desempenho de suas atividades e sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente.

Tecnologia

O curso promove a formação de profissionais especialistas em nível superior, que recebem formação direcionada a atender os segmentos atuais e emergentes em atividades industriais e prestação de serviços, tendo em vista a constante evolução tecnológica. O curso tem duração mínima de 2 anos e máxima de 3 anos e meio.

-Tecnologia em Gestão Ambiental

Desde 2012, o Câmpus São Roque oferece o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, com duração de 5 semestres. O curso é reconhecido pelo MEC conforme Portaria nº 44 de 22

de janeiro de 2015, tendo obtido nota 4 de reconhecimento. O Tecnólogo em Gestão Ambiental será um cidadão com formação ética, visão crítica e com forte consciência ambiental, desenvolvida na formação humanista e capacitado tecnicamente para o desempenho de sua atividade profissional nas atividades organizacionais correlatas ao curso, em empresas privadas, nas áreas governamentais e nas atividades do Terceiro Setor focadas na questão ambiental.

O profissional deve estar apto para atuar na Gestão Ambiental que inclui planejamento, organização, liderança, execução, controle e correção. No mercado de trabalho, consultoria e auditoria ambiental, coordenar equipes multidisciplinares, com o objetivo de avaliar, prever, recuperar e minimizar impactos e riscos causados ao ambiente. Além disso, conforme consta no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o Tecnólogo em Gestão Ambiental, entre outras atribuições, analisa o impacto ambiental, elabora laudos e pareceres, acompanha e monitora a qualidade ambiental. Pode, ainda, elaborar e implantar políticas e programas de educação ambiental, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a preservação da natureza.

O Tecnólogo em Gestão Ambiental deve possuir autonomia intelectual, capacitação para pesquisa, inovação e domínio tecnológico para as atividades específicas da gestão ambiental, alicerçado na interdisciplinaridade para o desenvolvimento do saber, abrangendo, assim, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores relacionados com a formação geral do ser humano e, de forma específica, com os assuntos mais diretamente relacionados com a questão ambiental.

O curso é reconhecido pelo Conselho Regional de Administração (CRA) conforme D.O.U. N°217 de 13/11/09, Seção 1 – Páginas 183 e 184.

-Tecnologia em Viticultura e Enologia

O curso de Tecnologia em Viticultura e Enologia possui duração de seis semestres, e passou a ser oferecido no Câmpus São Roque no ano de 2013. O curso é reconhecido pelo MEC conforme Portaria n° 1036 de 23 de dezembro de 2015, tendo obtido nota 4 de reconhecimento.

A área de formação profissional do Tecnólogo em Viticultura e Enologia compreende tecnologias relacionadas ao beneficiamento e industrialização de alimentos e bebidas.

Inclui-se também, dentre as habilidades e competências desenvolvidas a aplicação metodológica das normas de segurança e qualidade dos processos físicos, químicos e biológicos presentes na elaboração ou industrialização dos derivados da uva e do vinho, atividades de aquisição e otimização de máquinas e implementos, controle de insumos e produtos, controle

fitossanitário, distribuição, difusão e comercialização de tecnologias, produtos e serviços, desenvolvimento permanente de soluções tecnológicas, processos e produtos de origem vegetal. Prestar assistência técnica e exercer atividades de extensão, pesquisa, experimentação e ensino vitivinícola. Realização de análise sensorial, orientação do controle de qualidade, supervisão dos processos de produção e conservação de produtos da uva, emprego de medidas de preservação ambiental, e a promoção da cultura do vinho, dos espumantes e conhaques também são atribuições desse profissional.

O Tecnólogo em Viticultura e Enologia atua em diversas áreas do setor vitivinícola. Tem a responsabilidade de planejar, implantar, gerenciar e avaliar todas as etapas da cadeia produtiva dos derivados da uva e do vinho. Atua na escolha das cepas de uva, plantio, colheita, processamento, fermentação, envase, armazenagem, comercialização e até atividades de sommelier. A análise sensorial, o controle de qualidade, a supervisão dos processos de produção e conservação; as atividades de controle ambiental, a cultura do vinho, dos espumantes e conhaques são também atribuições deste profissional. Prestar assistência técnica, exercer atividades de extensão, pesquisa, experimentação e ensino vitivinícola. São atribuições exclusivas do profissional Tecnólogo em Viticultura e Enologia o exercício de responsabilidade técnica pela empresa vinícola, seus produtos e pelos laboratórios de análise enológica; assim como, executar perícias exigidas em processos judiciais a título de prova e contraprova.

Bacharelado

Promove a formação de bacharéis para trabalhar tanto no setor produtivo, quanto no setor de pesquisa e desenvolvimento.

-Bacharelado em Administração

O Bacharelado em Administração é oferecido no Câmpus São Roque desde 2014, com duração oito semestres.

Atendendo o artigo 3º da Resolução CNE/CES nº 4, de 13/07/2005, o perfil do egresso contempla a "capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador."

O egresso desse curso tem competência para, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1.965, emitir pareceres, relatórios, planos, projetos e laudos, prestar assessorias, ocupar cargos de chefia intermediária ou direção superior; realizar pesquisas, estudos, análises, interpretações, planejamento, execução, coordenação e controle dos trabalhos nas diversas áreas da Administração. É um profissional que contribui para a perenidade e sustentabilidade das organizações com criatividade e atitude empreendedora para intervir como agente de mudança em diferentes realidades sociais e ambientais

Capítulo 5 - Políticas e Ações

O Câmpus São Roque realiza diversas ações em diferentes áreas, conforme as Políticas institucionalmente estabelecidas. Contudo, as ações desenvolvidas possuem como objetivo comum o aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para a consolidação da missão institucional do IFSP no que se refere a oferta da formação educacional de qualidade, compromissada com a prática cidadã. Nessa perspectiva, são desenvolvidas as seguintes ações:

5.1 – Coordenadoria Sociopedagógica

No ano de 2014, por meio da Resolução IFSP nº 138 de 04/11/2014, foi aprovado o Regulamento da Coordenadoria Sociopedagógica. Essa consiste em uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, composta por Assistente Social, Pedagogos, Psicólogo, e Técnicos em Assuntos Educacionais, e tem por objetivo assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem promover a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e a permanência e conclusão com êxito dos estudantes no IFSP.

Nessa perspectiva, a atuação da referida coordenadoria no Câmpus São Roque têm compreendido, entre outras ações, a participação dos profissionais nas reuniões de curso, o fornecimento de orientação educacional a docentes, discentes, pais de alunos, o levantamento dos perfis das turmas ingressantes e os motivos de retenção e evasão de alunos, no intuito de subsidiar as ações das coordenações, gerência educacional e direção. A Coordenadoria Sociopedagógica administra os Programas de Auxílio Estudantil e Bolsa de Ensino, contribuindo ainda com o NAPNE e com a Formação Continuada dos docentes no Câmpus.

5.2 – Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil é uma política baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pelo Decreto de Nº 7.234 do ano de 2010. Os auxílios estudantis são repasses financeiros aos estudantes e têm por objetivo custear, parcial ou integralmente, os gastos dos estudantes, visando ampliar as condições de permanência e êxito nos cursos do IFSP.

Em 04 de novembro de 2014, foram aprovadas as resoluções nº 135 e nº 136: a primeira regulamenta a Política de Assistência Estudantil do IFSP, e a segunda, a Normatização dos

Auxílios da Política de Assistência Estudantil. A Assistência Estudantil é composta pelo Programa de Auxílio Permanência e pelo Programa de Ações Universais.

Programa de Auxílio Permanência: esse programa é voltado aos estudantes em vulnerabilidade social. O principal objetivo do programa é apoiar a permanência dos estudantes na instituição, por meio de auxílios financeiros mensais, entre eles: alimentação, moradia, creche (apoio aos estudantes pais e mães), transporte, apoio didático-pedagógico e saúde. Os referidos auxílios tem as seguintes finalidades:

- a) **Alimentação:** viabilizar auxílio alimentação ao estudante, garantindo-lhe ao menos uma refeição ao dia.
- b) **Moradia:** disponibilizar auxílio financeiro para pagamento exclusivo de aluguel aos estudantes cuja família não reside no município do câmpus do IFSP.
- c) **Transporte:** viabilizar auxílio financeiro para custeio do deslocamento do estudante até o câmpus.
- d) **Creche:** disponibilizar auxílio financeiro aos estudantes pais e mães de crianças até 11 anos, 11 meses e 29 dias;
- e) **Saúde:** atender aos estudantes que apresentem problemas que comprometam o seu desenvolvimento acadêmico, sendo prioritário as situações em que houve dificuldade de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS);
- f) **Apoio Didático Pedagógico:** disponibilizar auxílio financeiro aos estudantes, com vistas a compra de materiais didáticos relacionados às disciplinas do curso ou a projetos que realizam.

Atualmente, no IFSP - Câmpus São Roque, são ofertados apenas os auxílios: alimentação, transporte e moradia, com base em disponibilidade de verba orçamentária. Os mesmos são ofertados a cada semestre através de publicação de Edital, atendendo, atualmente, uma média de 150 alunos.

Com relação aos principais impactos ressalta-se, com base em pesquisas realizadas em 2014, a importância dos auxílios ofertados. Na primeira pesquisa foi constatado que 84% dos alunos consideram o Programa essencial e relatam a importância para a permanência e a formação estudantil. Além disso, muitos consideram que a inserção do aluno no programa vem estimulado a participação e envolvimento com os estudos. Na segunda pesquisa esse percentual subiu pra 96,2 %.

Programa de Ações Universais: as ações do Programa de Ações Universais são desenvolvidas por meio de elaboração de projetos voltados para a área de cultura, esporte, inclusão digital e apoio às necessidades educacionais específicas dos estudantes, bem como apoio Didático pedagógico no caso de disponibilidade orçamentária. Este programa conta com a participação de estudantes, professores e técnicos-administrativos. Assim, é destinado a toda a comunidade discente do IFSP, independente de situação socioeconômica e suas ações são voltadas à formação integral do estudante e ao aprimoramento de valores de cidadania, participação, coletividade e inclusão social. Cada área apresenta os seguintes objetivos:

a)Esporte: compreende o desenvolvimento de atividades voltadas à prática do esporte, a vivência de lazer pela atividade esportiva e integração do estudante com seus companheiros e comunidade. Pode envolver a participação em campeonatos, palestras esportivas, eventos comunitários, competições grupais ou individuais e oficinas.

b) Cultura: Busca incentivar, promover à prática, difusão e acesso democrático à produção artística e cultural por meio de projetos institucionais. As atividades artísticas e culturais desenvolvidas por estudantes poderão ser socializadas com a comunidade acadêmica do IFSP em eventos no câmpus e com a comunidade externa. Esta modalidade também compreende o desenvolvimento de atividades voltadas à integração do estudante à instituição e à cidade em que vive, bem como a conhecimento da região; contempla visitas a museus, zoológicos, cinema, apresentações, exposições e atividades extraclasse.

c)Inclusão Digital: compreende o envolvimento em atividades que oportunizem a socialização e aprofundamento do conhecimento digital aos estudantes

d)Suporte às Necessidades Educacionais Específicas: busca incentivar, promover projetos/ações que auxiliem ao processo de ensino- aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superlotação.

e)Apoio Didático Pedagógico: busca auxiliar a participação de estudantes em congressos, feiras e eventos relacionados aos cursos em que os estudantes estejam matriculados. Esta ação será custeada no caso de disponibilidade orçamentária.

Atualmente, no IFSP - Câmpus São Roque, desenvolve-se as ações voltadas as áreas de Cultura, Esporte e Apoio Didático Pedagógico. Tais ações vem sendo desenvolvidas por meio de elaboração de projetos, de acordo com as resoluções N° 135 e N° 136/2014 que,

respectivamente, aprova a Política e normatiza os auxílios da Política de Assistência Estudantil (PAE).

Para a concessão dos auxílios é publicado Edital, e, por sua vez, a Comissão do Programa analisa as propostas de projetos, a viabilidade da ação no Câmpus bem como acompanha a execução dos mesmos.

5.3 – NAPNE – Ações Inclusivas

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) tem o propósito de implementar ações inclusivas, contribuindo para a reflexão sobre a prática da inclusão, a aceitação da diversidade, com o objetivo de romper as barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais. Os NAPNEs também acompanham o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com necessidades educacionais específicas, procurando realizar intervenções efetivas durante os seus percursos acadêmicos.

O público-alvo das ações inclusivas promovidas pelo NAPNE são os estudantes com necessidades educacionais específicas que se originam em função de deficiência, transtorno do espectro autista e de altas habilidades/superdotação.

O NAPNE busca, entre outras finalidades, integrar os diversos segmentos que compõem a comunidade, propiciando sentimento de co-responsabilidade na construção da ação educativa de inclusão na Instituição e garantindo a prática democrática e a inclusão como diretriz do Câmpus.

Apesar de o NAPNE desenvolver ações no Câmpus São Roque desde o ano de 2010, apenas em 04 de novembro de 2014 foi publicada a Resolução 137 que regulamenta as atribuições do núcleo. A partir dessa publicação, buscou-se a formalização do núcleo no Câmpus que atualmente conta com a participação de servidores técnico administrativos (pertencentes a Coordenadoria Sociopedagógica) e servidores docentes.

O núcleo realiza reuniões periódicas, com a finalidade de discutir as demandas de inclusão do Câmpus e encaminhar ações propositivas.

5.4 – Formação Continuada

A Formação Continuada de Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), constitui-se em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes. Tendo início no ano de 2014, a Formação Continuada *in loco* busca a valorização do profissional, assim como a

constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o câmpus como local privilegiado de construção e produção de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

A equipe no Câmpus São Roque participa das reuniões mensais organizadas pela Diretoria de Projetos Especiais da Pró-reitoria de Ensino. As ações de formação continuada estão se construindo nas reuniões de curso com os docentes e nas reuniões de planejamento, conforme orientações emanadas da Diretoria de Ações Pedagógicas e demandas identificadas pela Equipe de Formação Continuada, pela Coordenadoria Sociopedagógica, pelos coordenadores de curso, Gerência Educacional e Direção.

5.5 – Políticas e Ações de EXTENSÃO

A Extensão consiste em um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a instituição educacional e os diversos setores sociais. Assim, a Extensão configura-se como um espaço de produção de conhecimentos baseada na troca de saberes e experiências entre a Escola e a Sociedade. Além disso, a Extensão compreende todas as ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvem a comunidade externa e não fazem parte das atividades regulares de Ensino e Pesquisa. Tais ações devem estar baseadas na análise das necessidades e interesses da comunidade em que cada câmpus se encontra inserido e articuladas com a vocação e a qualificação acadêmicas dos docentes, técnico-administrativos e discentes envolvidos.

As ações de Extensão são classificadas em cursos e atividades. Os Cursos de Extensão são oferecidos na modalidade presencial ou a distância. Têm a finalidade de atender as demandas da sociedade e necessidades de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais, de jovens e adultos, com necessidades identificadas a partir de pesquisas regionais, podendo ser ofertados em todos os níveis de escolaridade. Já as atividades são aquelas realizadas fora da sala de aula. As principais são as seguintes:

Empreendedorismo e cooperativismo: apoio à formação empreendedora por meio de programas institucionais.

Estágio e emprego: atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e de operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação).

Eventos: podem ser organizados sob a forma de encontro, seminário, palestra, oficina, congresso, mostra, entre outras. Com temáticas diversas, são voltados à participação e integração das comunidades externa e interna.

Projetos sociais: conjunto de ações, técnicas e metodologias inovadoras, desenvolvidas na interação com a comunidade externa e apropriadas por essa. Têm como objetivos representar soluções para a inclusão social, as relações étnico-sociais, a geração de oportunidades e a melhoria das condições de vida.

Relações internacionais: ações de intercâmbio, acordos de cooperação internacional e celebração de convênios, destinados à melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

Visitas Técnicas: atividades educacionais supervisionadas, desenvolvidas em ambientes externos ao IFSP, que visam a promover uma maior interação dos estudantes das diferentes áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.

Bolsa de Extensão: oferece ao estudante, de qualquer modalidade ou nível de ensino, bolsa para participar de projetos ou programas de extensão, cujas temáticas são diversas, inclusive culturais, e que incluem a participação em ações junto à comunidade externa. Tais projetos podem ser fomentados pela Pró-reitoria de Extensão, por meio de editais de seleção de projetos e programas, ou pelo próprio câmpus, por meio de editais internos.

PROEXT: o Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Ensino Superior (MEC/SESu), anualmente, lança editais para Projetos e Programas de Extensão Universitária. Alunos de curso superior poderão participar, como bolsistas, dos projetos contemplados.

O Câmpus São Roque também tem regulamentado o desenvolvimento de Projetos de Extensão a partir da realização de editais internos, no intuito de fomentar a realização de atividades interdisciplinares de caráter educativo, tecnológico, artístico, científico, social e cultural, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a comunidade interna e externa, visando à interação transformadora entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

Nessa perspectiva, a busca em implementar projetos de extensão tem sido significativamente buscada por servidores do Câmpus, o que reflete uma positividade e aceitação por parte da comunidade em relação a ações de natureza extensionista.

5.6 – Políticas e Ações de PESQUISA

As ações de Pesquisa, voltadas à produção e à divulgação de conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos, visam o desenvolvimento por meio da investigação de fatos a fim de prover melhorias da condição da vida coletiva. É, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade de todos os sujeitos envolvidos (alunos de diferentes níveis, servidores e comunidade), promovendo, como consequência, o avanço da social. Neste sentido, o Câmpus desenvolve as atividades de pesquisa e inovação vinculadas aos seguintes programas e ações:

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIFSP) do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica com bolsa paga com recursos institucionais. O bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. Neste programa, como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa. No Câmpus São Roque, o programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica tem tido relevante procura por parte dos discentes.

Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PIVICT) do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica sem ou com bolsa paga com recursos por meio de fundação de apoio ou por órgãos de fomento obtidas diretamente pelos pesquisadores. Da mesma forma, o bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. No final, que recebam certificado o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) e Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa Institucional de Auxílio à Participação Discente em Eventos (PIPDE) do IFSP, que concede auxílio financeiro com recursos institucionais a alunos para participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais, incluindo o Workshop de Negócios e Inovação.

Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (CINTEC), que é um evento anual, cujo objetivo é difundir as produções de pesquisadores e alunos em regime de iniciação científica ou tecnológica por meio de exposição oral, pôsteres e de palestras. A primeira edição foi realizada no Câmpus de Guarulhos em 2010. Em números gerais, na 4ª edição do CINTEC houveram 220 trabalhos inscritos de 21 diferentes câmpus do IFSP e de outras instituições. Já em 2014, na 5ª edição realizada no Câmpus de São João da Boa Vista nos dias 24 e 25 de setembro, foram submetidos 270 trabalhos de 28 câmpus do IFSP mais 20 trabalhos de outras instituições, com crescimento de 32% de uma edição para outra. Para o 6º CINTEC que ocorrerá entre os dias 10, 11 e 12 de novembro de 2015 na cidade de Itapetininga, é previsto que mais de 400 trabalhos sejam submetidos, contando com a participação de mais de 1.000 pessoas.

5.7 – Bolsa Discente

Além das bolsas vinculadas à Pró-reitoria de Pesquisa e de Extensão, que fazem parte do programa de Bolsa Discente, instituído pela Resolução IFSP nº 568, de 5 de abril de 2012, há, também, a Bolsa de Ensino, vinculada à Pró-reitoria de Ensino.

A Bolsa de Ensino oferece ao estudante a oportunidade de desenvolver atividades educacionais compatíveis com seu grau de conhecimento e aprendizagem, e de interagir com os professores por meio de ações pedagógicas relacionadas às disciplinas dos cursos, apoiando aos demais estudantes do IFSP.

O Programa de Bolsas de Ensino visa apoiar a participação dos discentes em atividades acadêmicas de ensino e projetos de estudos que contribuam para a formação integrada e para o aprimoramento acadêmico e profissional do aluno na sua área formação.

Em março de 2015 foi publicado edital de seleção de bolsistas, que contou com dez projetos (pré-selecionados por comissão de avaliação), nos quais os alunos poderiam se inscrever. Foram oferecidas dez bolsas no edital, uma bolsa por projeto. Após processo de seleção, os alunos bolsistas selecionados deram início as atividades (monitorados pelos professores responsáveis) e todos os meses entregam os relatórios de frequência e avaliação na Coordenadoria Sociopedagógica que, após verificação, autoriza o pagamento das bolsas.

5.9 – Órgãos Colegiados

Conselho de Câmpus: o Conselho de Câmpus é o órgão normativo, consultivo e deliberativo, como instância máxima no âmbito de cada câmpus, por delegação do Conselho Superior do Instituto Federal de São Paulo. Conta com a composição do diretor, representantes docentes, discentes, técnicos-administrativo e sociedade civil. Compete a ele subsidiar e assessorar a Direção-Geral do Câmpus, aprovando diretrizes para atuação local, propostas orçamentárias, projetos, regulamentos internos e normas disciplinares, entre outras atribuições. Assim, serão estabelecidas competências gerais do Conselho de Câmpus no que se refere a: informações da comunidade relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão; diretrizes e metas de atuação do Câmpus e o zelo pela adequada execução de sua política educacional; calendários acadêmicos do Câmpus; promoções e divulgações das atividades do IFSP junto à sociedade; questões submetidas à sua apreciação; propostas de projetos pedagógicos de cursos, bem como suas alterações.

Colegiado de Curso: o colegiado de curso é um órgão consultivo e deliberativo de cada curso superior do IFSP. Composto pelo coordenador do curso, docentes, discentes e técnico-administrativo, tem entre suas competências conduzir e aprovar os trabalhos de reestruturação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), pela coordenação didática dos componentes curriculares do PPC, fornecer pareceres específicos, avaliar as propostas de projetos e convênios e coordenar entre outras atribuições.

Conselho de Classe: os Conselhos de Classe do IFSP são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação dos docentes da respectiva turma, do Coordenador de Curso e do Pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica.

Conselho de Classe consultivo: também denominado Conselho de Classe Pedagógico, é presidido pelo Pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica ou, em sua ausência, pelo Coordenador de Curso. Deverá ter em sua composição ao menos um representante da turma e um representante de pais ou responsáveis. Ocorre com periodicidade bimestral, é dividido em três partes: na primeira, os docentes farão uma análise da turma identificando progressos, detectando dificuldades da turma no processo de ensino e aprendizagem; na segunda, a Coordenadoria Sociopedagógica apresentará dados de evasão e outros que auxiliem a compreensão do panorama traçado na primeira parte e também proporá alternativas didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas; na terceira, os membros, se necessário, farão as considerações finais e possíveis encaminhamentos. No caso do Conselho de Classe das turmas dos cursos técnicos integrados ofertados em parceria com a Secretaria do Estado da Educação, o Conselho Pedagógico é presidido pelo Pedagogo do Câmpus São Roque e pelo representante da Escola Estadual Germano Negrini, o coordenador da escola. Nesse caso, o mesmo ocorre em relação ao Conselho Deliberativo.

Conselho de Classe Deliberativo: são realizados ao final do período letivo e divididos em três partes: na primeira, o Representante da Coordenadoria Sociopedagógica fará uma análise da ficha individual de avaliação do estudante na série; na segunda, o Conselho de Classe deve elaborar o parecer sobre a situação final do estudante na série; na terceira, após a conclusão do Conselho de Classe, a Coordenadoria Sociopedagógica encaminhará lista à Coordenadoria de Registros Escolares, contendo a relação nominal dos estudantes submetidos ao conselho, devidamente assinada pelos professores e Coordenador de Curso.

5.10 – CPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, foi instituída no IFSP, em consonância com o art. 11, da Lei nº10.861/2004, como órgão de coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, de orientação, de sistematização e de prestação de informações às unidades universitárias e ao SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

Ela é composta por representantes externos e internos ao IFSP (professores, alunos e servidores técnico-administrativos) e tem como função coordenar a Autoavaliação Institucional do IFSP. É importante ressaltar que os processos de avaliação interna são fundamentais para a tomada de decisão e para a melhoria contínua da qualidade acadêmica.

No Câmpus São Roque, os cursos superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental, Licenciatura em Ciências Biológicas foram reconhecidos pelo MEC no ano de 2014, tendo o primeiro recebido nota 4 e o último nota 5, conceito máximo de qualidade na avaliação.

O curso de Tecnologia em Viticultura e Enologia foi reconhecido pelo MEC em 2015, e recebeu nota 4 na avaliação.

5.11 – Movimento Estudantil

O Movimento Estudantil é canal para a construção da cidadania, mobilizando os indivíduos e colaborando para a formação de um profissional ético, cidadão e consciente de suas responsabilidades e de seus direitos. Fortalece o vínculo do estudante com a instituição de ensino e sua identidade, favorecendo as mais diversas formas de interação, além de representar e defender os interesses da categoria estudantil.

Pode organizar-se por meio de Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes.

Centros Acadêmicos são entidades civis, independentes de partidos políticos, órgãos públicos ou privados, de caráter estudantil e sem fins lucrativos, que representem os discentes de cada curso dentro da estrutura administrativa de uma instituição. Devem estudar e debater problemas relacionados com as condições de estudo e rendimento acadêmico dos discentes, bem como podem e devem patrocinar o desenvolvimento do espírito universitário, eventos culturais e eventos esportivos.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade representativa de todos os estudantes do IFSP, com a função de organizar e de expressar as vontades, anseios e as posições políticas dos estudantes. Deve incentivar a participação dos estudantes nos acontecimentos políticos nacionais, internacionais e de interesse institucional. E, em consonância com os Centros Acadêmicos (CAs), devem criar políticas institucionais acadêmicas que promovam a conscientização discente sobre seus direitos e na criação de uma consciência crítica do papel da instituição educacional.

No Câmpus São Roque, o Grêmio Estudantil “Mário de Andrade” compreende órgão máximo de representação dos estudantes da Educação Básica, envolvendo os alunos dos cursos

técnicos integrados ao Ensino Médio. Segundo o estatuto do grêmio, o mesmo visa, dentre outros objetivos, lutar pela democracia permanente no Câmpus, mediante o direito de participação nos fóruns internos de deliberação da Instituição.

No Câmpus também há em todas as turmas a atuação estudantil por meio dos representantes de sala, que são alunos que se voluntariam a representar as turmas sala, mediando o diálogo do interesse coletivo frente aos coordenadores de curso, gerente educacional e direção.

Semelhantemente, há representantes discentes nos colegiados de curso, nos conselhos de classe dos cursos técnicos e no Conselho de Câmpus.

Capítulo 6 – Diagnóstico, Metas e Ações

O alcance da qualidade no processo de ensino e aprendizagem implica no reconhecimento dos desafios que se apresentam na caminhada educacional. Desafios esses que envolvem a organização do trabalho pedagógico da escola em todas as esferas, o que requer a realização de um verdadeiro diagnóstico sobre seus principais problemas, bem como o estabelecimento de propostas de ações para a superação dos mesmos.

Desta forma, a ação de levantar os desafios não implica na desconsideração do histórico de lutas e melhorias já alcançadas pelo Câmpus, mas sim na busca por melhorar sua organização em prol do alcance do objetivo maior da missão institucional, a qual abarca oferecer educação de qualidade a todos. Sendo assim, seguem os desafios institucionais que necessitam ser enfrentados pelo Câmpus, bem como propostas coletivas de superação:

6.1 - Dimensão: Ensino		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
Problemas com indisciplina no Câmpus e na sala de aula	Elaboração de contrato pedagógico entre docentes e discentes/ Alocação de mais servidores na Coordenadoria de Apoio ao Ensino	Docentes, Coordenação de Apoio ao Ensino, Coordenadoria Sociopedagógica, Gerência Educacional e Direção do Câmpus/2016
Falta de clareza na forma de execução de recuperação paralela no Ensino Médio	Solicitação de orientações à Pró-reitoria de Ensino	Gerência Educacional e Coordenadoria Sociopedagógica/2016
Necessidade de reuniões de caráter estritamente pedagógico com os docentes	Realização de reuniões mensais com todos os docentes	Gerência Educacional e Equipe de Formação continuada/2016
Problemas nos equipamentos das salas de aula	Aprimoramento da forma de utilização dos equipamentos/ Acionamento da Coordenadoria de Apoio ao Ensino quando necessário por parte dos docentes	Docentes e Coordenação de Apoio ao Ensino/2016
Necessidade do grupo docente observar as regras de utilização do Câmpus	Recapitulação das ações para que haja harmonia com os colegas e com a manutenção dos materiais do Câmpus	Docentes, Coordenações dos Cursos e Gerência Educacional /2016
Necessidade de melhorar a comunicação entre os servidores	Criação de e-mail coletivo institucional para o grupo de servidores/ A comunicação deverá ser realizada apenas pelo e-mail institucional	Direção Geral e Coordenadoria de Tecnologia da Informação/2016

6.2 - Dimensão: Pesquisa, Inovação e Pós-graduação		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
Necessidade de ampliação do espaço dos laboratórios	Desenvolvimento de projeto junto a Reitoria para ampliação do Câmpus	Direção Geral do Câmpus e Diretoria de Infra-estrutura e Rede/2017
Formalização e financiamento da revista do Câmpus	Formação de comissão docente para elaborar o projeto básico para consolidação da revista, cuja dedicação será computada na carga horária do docente, conforme Resolução nº112/14/IFSP	Coordenadoria de Pesquisa e Inovação e Direção Geral do Câmpus /2017
Necessidade de adquirir parcerias para desenvolvimento de projetos	Estabelecimento de parceria com Fundações de Apoio conforme Resolução nº32/2015/IFSP	Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e Coordenadoria de Pesquisa e Inovação/2017
Escassez de servidores para atender as demandas da coordenadoria	Auxílio de servidores docentes disponíveis/ Liberação de contratação de estagiários	Pró-reitoria de desenvolvimento institucional/2017

6.3 - Dimensão: Extensão		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
Dificuldades na utilização da plataforma de submissão de projetos SIGProj, o que tem resultado em poucos projetos cadastrados	Oferecimento de capacitação sobre a Plataforma SIGProj a todos os servidores, promovendo uma conscientização sobre a importância da oficialização das ações na plataforma, a fim de registrar os índices de produção do Câmpus	Coordenadoria de Extensão/2016
Falha na divulgação interna de projetos no que se refere a publicação de informações e resultados	Divulgação dos projetos na Jornada de Extensão/ Inserção de boletim informativo no site do Câmpus	Coordenadoria de Extensão/2016
Diminuta participação da Comunidade Externa/ Necessidade de desenvolver um contato mais efetivo	Ampla divulgação das ações desenvolvidas pelo Câmpus na imprensa local (imprensa e eletrônica) e para o público alvo/ Proposição de projetos deverá ser precedida por um mapeamento das demandas da comunidade por parte dos propositores dos projetos	Coordenadoria de Extensão e Direção e Geral do Câmpus/2016
Escassez de servidores para atender as demandas da coordenadoria	Auxílio de servidores docentes disponíveis/ Liberação de contratação de estagiários	Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional/2017

6.4 - Dimensão: Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsáveis/ Prazos
Espaço físico insuficiente / insalubre das salas administrativas	Desenvolvimento de projeto junto a reitoria para ampliação do Câmpus	Direção Geral do Câmpus e Diretoria de Infra-estrutura e Rede/2017
Sobrecarga de atividades por servidor em função da quantidade insuficiente de técnicos-administrativos	Ingresso de servidores para atuar no âmbito administrativo, a partir da liberação de código de vagas pelo Ministério do Planejamento	Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional/2017
Necessidade de capacitação	Instituição de agentes internos de treinamento para cada setor/ Aumentos das capacitações existentes/ Elaboração de Manual de recepção para os técnicos-administrativos ingressantes	Coordenadores dos setores e servidores administrativos/2016
Dificuldade de comunicação interna	Criação de e-mail coletivo institucional para o grupo de servidores/ A comunicação deverá ser realizada apenas pelo e-mail institucional	Direção Geral e Coordenadoria de Tecnologia da Informação/2016

REFERÊNCIAS

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social:** para trabajadores sociales. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 1997.

ASPESI, Cristina de Campos; DESSEN, Maria Auxiliadora; CHAGAS, Jane Farias. A ciência do desenvolvimento: uma perspectiva interdisciplinar. In: DESSEN, Maria Auxiliadora; JÚNIOR, Anderson Luiz Costa (org). **A ciência do desenvolvimento humano.** Porto Alegre: Artemed, 2008.

BOCK, A.M.B. **A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano:** a adolescência em questão. Cad. CEDES. Campinas, 2004

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 01 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 01 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

BORDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. **A reprodução.** Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3ª ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.

BRANDÃO, C. R. **Identidade e etnia.** Construções da pessoa e resistência cultural. São Paulo, Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 01 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 01 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

BRASIL. MEC/Setec. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: Concepções e Diretrizes**. Brasília: MEC/Setec, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841 Acesso em: 15 set. 2014.

CAMARGO, Rosana; VILELLA, José Eduardo Nogueira. **Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: cem anos de ensino público federal**. In: *Sinergia*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 45-52, jan./jun. 2010.

CIAVATTA, M; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

COLL, C. et al. **O construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2003.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, M. V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DOS REIS, E. Reflexões sobre Educação e as mudanças curriculares necessárias. *Sinergia*, v. 14, n. 2, p. 98-104, São Paulo, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Editora Paz e terra, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: Perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R e Vanuchi, P. (orgs). **Juventude e sociedade - trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Plano de desenvolvimento institucional 2014-2018**. São Paulo, 2014, p. 136-160.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Projeto Pedagógico Institucional**. São Paulo, 2013. Disponível em < file:///D:/ged/Downloads/ppi-atualizado_atualizado_em_28_05_2013.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2014.

LODI, Lúcia Helena; ARAÚJO, Ulisses F. Ética, cidadania e educação: escola, democracia e cidadania. In: **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade**. Secretária da Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação Básica, 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5º ed., São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MORIN, Estelle M. **Os sentidos do trabalho**. RAE – Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.41, n.3, p. 8-19. Jul./Set. 2001.

OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. O adolescente em desenvolvimento e a contemporaneidade. *In: Curso de Prevenção do uso de drogas para educadores da escola pública*. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

OLIVEIRA, M. R. N. S. Organização curricular da educação profissional. *In: ARAÚJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. (Org.). Filosofia da práxis e didática da educação profissional*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, J. A. **Currículo: teoria e práxis**. Porto: Porto Editora, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. O que é desenvolvimento humano. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

QUARTIERO, E.M. Trabalho docente cooperativo. *In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. *In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA (orgs.). Maria. Ensino médio. Ciência, cultura e trabalho*. Brasília, MEC/SETEC, 2004

RIOS, Terezinha. **Significado e pressupostos do projeto pedagógico**. *In: Série Idéias*. São Paulo, FDE, 1982.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Para além da curvatura da vara**. *In: Revista Ande* no 3. São Paulo, 1982.

SÃO PAULO (Estado). **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE - Índice Paulista de Responsabilidade Social** – 2008. São Paulo, 2010.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica. 2007.

SOUZA, E. C. L. et al. **Métodos e Técnicas de Ensino e Recursos Didáticos para o Ensino do Empreendedorismo em IES Brasileiras**. In: Encontro da ANPAD, 28, 2004, Curitiba/PR. Anais... Curitiba: ANPAD, 2004.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: projeto de ensino e aprendizagem e projeto político pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. (org). **As dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2007

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª ed. Campinas: Papyrus, 2002.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. IV. Madrid: Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones, 1996.

FOLDER DE DIVULGAÇÃO DO CRONOGRAMA DE REUNIÕES DO PPP 2014



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO IFSP – *campus* São Roque

CRONOGRAMA DE REUNIÕES ABERTAS À COMUNIDADE ESCOLAR NO AUDITÓRIO DO IFSP

DATAS	TEMAS PARA DISCUSSÃO	PRELETOR(ES)
29/10 Horário: 14hs	A importância do Projeto Político Pedagógico para o IFSP – <i>Campus</i> São Roque/Reflexões sobre nossa realidade escolar	Janaína R. B. Bastos/ Pedagoga/Mestranda em Educação; Manoel Ap. Martins/ Técnico em Assuntos Educacionais/ Mestre em Geografia Humana
12/11 Horário: 14hs	Educação e Mundo do Trabalho: Cooperativismo e Empreendedorismo	Prof. Me. Alberto Paschoal Trez; Prof. Dr. Waldemar Hazoff Júnior
26/11 Horário: 14hs	Ética, Cidadania e Inclusão Social	Profº Dr. Rogério de Souza Silva
03/12 Horário: 14hs	O papel da Extensão no IFSP	Profº Dr. Leonardo Pretto de Azevedo

SUA PARTICIPAÇÃO SERÁ IMPRESCINDÍVEL NESTE PROCESSO!

DIVULGAÇÃO DAS REUNIÕES ABERTAS À COMUNIDADE NO SÍTIO ELETRÔNICO DO IFSP – CÂMPUS SÃO ROQUE



The screenshot shows a web browser window with the URL srq.ifsp.edu.br/index.php/apoio-ao-ensino/publicacoes-cae/197-reunioes-abertas-para-a-construcao-do-projeto-politico-pedagogico-do-campus. The page features the IFSP logo and the text "INSTITUTO FEDERAL SÃO PAULO" and "Campus São Roque". A navigation menu includes "Página Inicial", "Apoyo ao Ensino", "Publicações", "Reuniões Abertas para a Construção do Projeto Político Pedagógico do Campus", "Comunicação Social", "Secretaria", "Gerência Educacional", "Pesquisa e Extensão", "Formas de ingresso", and "Contatos". A search bar is present with the text "Pesquisar...". The main content area is titled "REUNIÕES ABERTAS PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CAMPUS" and contains the following text:

REUNIÕES ABERTAS PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CAMPUS

Detalhes
Criado em Quarta, 22 Outubro 2014 20:41
Convite à Comunidade do Campus São Roque: Reuniões Abertas para a Construção do Projeto Político Pedagógico do Campus.

A Comissão para Elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Campus São Roque convida a comunidade escolar, docentes, discentes e técnicos administrativos para participarem das Reuniões Abertas para a Construção do Projeto Político Pedagógico do Campus.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) compreende um espaço de reflexão coletiva, que busca estabelecer o compromisso e ações coletivas a partir dos interesses reais da comunidade escolar. O PPP será sintetizado em um documento que deve refletir os ideais da instituição, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto pedagógicas quanto administrativas. Para compor tais ideais, é necessário compreender e discutir a identidade da instituição, seu espaço de inserção e sua missão na sociedade.

As reuniões serão realizadas as quartas-feiras no Auditório do campus. Cada reunião versará sobre um tema diferente, contando com a participação de preletores que apresentarão o tema a ser discutido pela comunidade.

A participação de todos será imprescindível!

Anexos:
[CRONOGRAMA-PPP.pdf 22/10/2014 20:40](#)

The browser's taskbar at the bottom shows several open windows: "PPP_2014", "PPP_SRQ_FINAL.d...", and "Reuniões Abertas...". The system tray on the right indicates the time as 20:26 on 10/05/2016.

LISTAS DE PRESEÇA DAS REUNIÕES REALIZADAS EM 2014, 2015 E 2016

REUNIÃO PPP – 29/10/2014

LISTA DE PRESEÇA

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
Eduardo Roque Mangini	Professor	Mangini
Rogério Tadeu da Silva	Professor	Rogério Tadeu da Silva
Vicente Henri (Henri) M. Spalla	Professor	Henri Spalla
Marcelo Luiz de Aguiar	Professor	Marcelo Luiz de Aguiar
Sandro H. M. Zarpelão	Professor	Sandro H. M. Zarpelão
LEANDRO GAFFO	PROFESSOR	Leandro Gaffo
Solene Sanchez Valverde	Psicóloga	Solene Sanchez Valverde
Jose Luiz da Silva	Professor	Jose Luiz da Silva
Daniela Alexandra Landi	Assist. Adm	Daniela Alexandra Landi
Paulo Roberto Alves	Discente	Paulo Roberto Alves
Pablo Ruben P.C. Pinheiro	discente	Pablo Ruben P.C. Pinheiro
Alberto Paschoal Triz	Professor	Alberto Paschoal Triz
MARIA JULIA MENDES NOGUEIRA	professor	Maria Julia Mendes Nogueira
Fernanda R. Pontes	Bibliotecária	Fernanda R. Pontes
Ana Rita Dantas da Silva	Assistente. Secl	Ana Rita Dantas da Silva
Alan Benigno Ruiz	Professor	Alan Benigno Ruiz
WILLIAM VIEIRA	Professor	William Vieira
Márcia de Oliveira Cruz	Professor	Márcia de Oliveira Cruz
Renan Felício dos Reis	Professor	Renan Felício dos Reis
Janairo P. B. - Bstz	Pedagoga	Janairo P. B. - Bstz
MANOEL AP. MARTINS	TAE	Manoel Ap. Martins

REUNIÃO PPP 12/11/2014

LISTA DE PRESENÇA

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
<u>André Antonelli de Paula</u>	<u>Aluno</u>	<u>André de Paula</u>
<u>Alexandra Fontes de Araújo</u>	<u>Aluna</u>	<u>Alexandra Fontes de Araújo</u>
<u>Gilberto Simões</u>	<u>aluno</u>	<u>Gilberto Simões</u>
<u>Eric André de Oliveira</u>	<u>aluno</u>	<u>Eric André de Oliveira</u>
<u>Francisco R. B. Bello</u>	<u>pedagogo</u>	<u>Francisco R. B. Bello</u>
<u>Equino Matez Travedo</u>	<u>Aluno</u>	<u>Equino Matez Travedo</u>
<u>Solema Sanchez Valverde</u>	<u>Psicóloga</u>	<u>Solema Sanchez Valverde</u>
<u>Rogério S. Silva</u>	<u>Prof.</u>	<u>Rogério S. Silva</u>
<u>MANUEL AP. MARTINS</u>	<u>TAE</u>	<u>Manuel Ap. Martins</u>
<u>Alan Bergamini Ruiz</u>	<u>Professor</u>	<u>Alan Bergamini Ruiz</u>
<u>Fernanda R. Pontes</u>	<u>Bibliotecária</u>	<u>Fernanda R. Pontes</u>
<u>Karina Monteiro Pinheiro</u>	<u>Coord. de Adm.</u>	<u>Karina Monteiro Pinheiro</u>
<u>Durvalina de Paula de Oliveira</u>		<u>Durvalina de Paula de Oliveira</u>
<u>Rogério Teodoro da Silva</u>	<u>Professor</u>	<u>Rogério Teodoro da Silva</u>
<u>WILLIAM VIEIRA</u>	<u>Professor</u>	<u>William Vieira</u>

REUNIÃO PPP 12/11/2014

LISTA DE PRESENÇA

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
<u>Roberto P. C. Pinheiro</u>	<u>discente</u>	<u>Roberto</u>
<u>Alexsandro G. de Azevedo</u>	<u>Professor</u>	<u>Alexsandro</u>
<u>Sandro Heleno Morais Zapeta</u>	<u>Professor</u>	<u>Sandro Zapeta</u>
<u>Marcelo Cizaure Junior</u>	<u>Professor</u>	<u>Marcelo Cizaure Junior</u>
<u>Márcia de Oliveira Cruz</u>	<u>Professor</u>	<u>Márcia</u>
<u>Bruno Henrique Medeiros Comana</u>	<u>aluno</u>	<u>Bruno</u>
<u>Beatriz Bravias Silva</u>	<u>aluna</u>	<u>Beatriz</u>
<u>José Hamilton M. Cipolla</u>	<u>Professor</u>	<u>Hamilton</u>
<u>Jean Luis Rabelo</u>	<u>Administrativo</u>	<u>Jean</u>
<u>Olívia Bessel Rocha</u>	<u>discente</u>	<u>Olívia Rocha</u>
<u>Vanilde Alessandra Landi</u>	<u>Administrativo</u>	<u>Vanilde</u>
<u>Eddy Bruno dos Santos</u>	<u>administrativo</u>	<u>Eddy B. Santos</u>
<u>Ana Rita Dantas da Silva</u>	<u>Assistente Social</u>	<u>Ana Rita</u>
<u>Wladimir HAZOFF Jr</u>	<u>Professor</u>	<u>Wladimir</u>
<u>ALBERTO P. TREZ</u>	<u>Professor</u>	<u>Alberto</u>


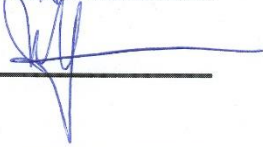
REUNIÃO PPP 26/11/2014

LISTA DE PRESENÇA

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
<u>Eddy Bruno dos Santos</u>	<u>aux. administr.</u>	<u>Eddy B. Santos</u>
<u>Karina Monteiro Pinheiro</u>	<u>Coord. de adm.</u>	<u>Karina</u>
<u>Annaíne R. B. Bastos</u>	<u>Pedagoga</u>	<u>Annaíne</u>
<u>Roseli G. de Lima Costa</u>	<u>Téc. de Assuntos Educacionais</u>	<u>Roseli</u>
<u>Solema S. Valverde</u>	<u>Psicóloga</u>	<u>Solema</u>
<u>Willia Vieira</u>	<u>Professor</u>	<u>Willia</u>
<u>Sandro H. M. Zepelão</u>	<u>Professor</u>	<u>Sandro</u>
<u>Alfonso G. V. V. V.</u>	<u>TAE</u>	<u>Alfonso</u>
<u>MANOEL APARECIDO MARTINS</u>	<u>TAE</u>	<u>Manoel</u>
<u>Marcelo Liziane Aguiar</u>	<u>Professor</u>	<u>Marcelo</u>
<u>Breno Bellitani</u>	<u>Professor</u>	<u>Breno</u>
<u>Ana Carolina S. Jardim</u>	<u>Professora</u>	<u>Ana Carolina</u>
<u>Rogério Tadeu da Silva</u>	<u>Professor</u>	<u>Rogério</u>
<u>FABIO STEFANI DA SILVA</u>	<u>ASS. DE ALUNOS</u>	<u>Fabio</u>
<u>Jose Luiz de Souza</u>	<u>Professor</u>	<u>Jose Luiz</u>





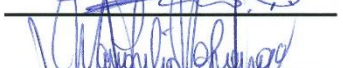
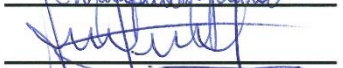

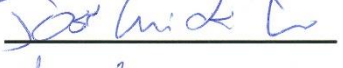


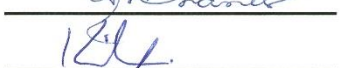


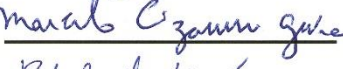



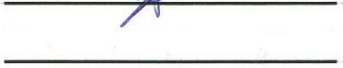


REUNIÃO PPP 26/11/2014

LISTA DE PRESENÇA

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
<i>Ana Rita Fontes da Silva</i>	<i>Assistente Social</i>	
<i>Maria Julia Rogueira</i>	<i>docente</i>	

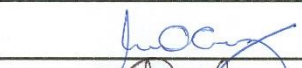
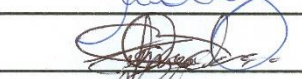
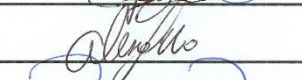
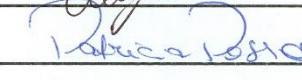
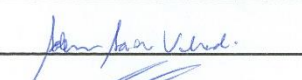

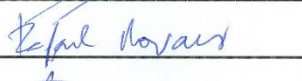

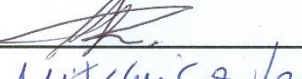
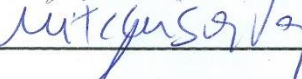
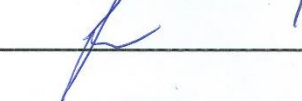
IFSP – Campus São Roque - Reunião do PPP- 03/12/2014

LISTA DE PRESENÇA

NOME	CARGO	ASSINATURA
Roseli G. de Lima Costa	TAE	
ANDRÉ K. OKAMOTO	PROFESSOR	
Sandro H. M. Zappalão	Professor	
Márcia de Oliveira Cruz	Professora	
Rogério Tramontano	Professor	
Mariápolis Yeguerá	professor	
Alberto Barboza Tuez	Professor	
Alguemário G. Avelar	Professor	
Jose Luiz da Sil	Professor	
Solema Sanchez Valverde	Psicóloga	
Alan Bergues Ruiz	Professor	
Jenifer Maria Chaner	lic. em enfermagem	
Karina Monteiro Pinheiro	Coord de administração	
Amador P. B. Costa	leitor de ppj	
Isabel C. A. Fagundes	Professora	
Marcos Cezanne Guimarães	Professor	
Rafael Batista Novais	Professor	
LEANDRO GAFFO	FAXINEIRO	
Ana Rita Dantas da Silva	Auxiliar Social	
Rogério Tadeu da Silva	Professor	

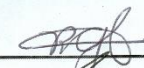
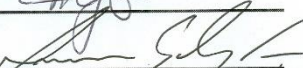
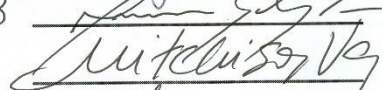
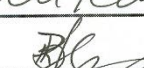
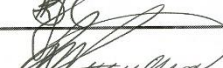

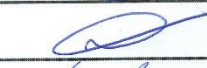




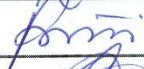







IFSP – Campus São Roque – Reunião do Projeto Político Pedagógico

LISTA DE PRESENÇA - 18/03/2015

NOME	CARGO	ASSINATURA
Márcia de Oliveira Cruz	Professora	
Isabel Cristina de Fogaça	Professora	
Alessandra Jacqueline Viana	Professora	
Rafaela Reis de Almeida	Professora	
Solene Sanchez Valverde	Psicóloga	
MARCEL APORECIDO MARTINS	TAE	
Rafael Batista Novais	Professor	
Ana Rita Dantas da Silva	Assistente Social	
Alan Bézegano Ruiz	Professor	
Mitchell Christopher	Professor	
Josmarino R. B. Bastos	Psicólogo	

IFSP – Câmpus São Roque – Reunião do Projeto Político Pedagógico

LISTA DE PRESENÇA - 04/02/2016

NOME	CARGO	ASSINATURA
Roseli G. de Lima Costa	TAE	
Maurício Salgado	Prof. Sub. LCB	
Mitchell C.S. Evangelista	Professor	
Rafael Billar de Almeida	Administrativo	
Benedito Aurélio Pereira	Administrativo	
Silvia A. D. G. Signorilli	Professora	Silvia A. D. G. Signorilli
Hamilton C do Silo	Professor	Hamilton C do Silo
Eddy Bruno dos Santos	aux. em administração	Eddy B. Santos
Karina Monteiro Pinheiro	tec. em contabilidade	
Nélio Francisco de	Professor	
Vanderlei José	Professor	
FRANK VIANA CARVALHO	Professor EBTT	
ANNA SOFIA COSTA NERI	PROFESSORA	
Ana Rita Pontes de Silo	Assistente Social	
Fernando S. Santos	Professor	
Renan Felício dos Reis	Professor EBTT	
Ramieni Moraes	Tec. Administ.	
José Henri For M.C. Jolla	Professor	
Marcio Pereira	Professor	
Flavio Treche	Professor	
Sandro José Corde	Professor	
Osiás B. Souza Filho	Professor	
Mariana Bizzi Machado de Campos	Professora	Mariana Bizzi Machado de Campos

NOME	CARGO	ASSINATURA
Alexandra J. Vieira	professora	Alexandra
Christiane Pires	professora	Christiane
Jose Luiz de Silva	Professor	Jose Luiz
TARINA U. M. LENK	Prof. ADM	Tarina
SORC PAULO J. A. CARNEIRO	PROF.	Paulo
LUIZ FELIPE BORGES MARTINS	PROFESSOR	Luiz Felipe
BRENO BELLINTANI	PROFESSOR	Breno Bellintani
JOELSON A. do Nascimento	PROFESSOR	Joelson
ALBERTO PASCHOAL TRZE	PROFESSOR	Alberto
Adriano C. Prado	Psicologo	Adriano
Maniela Mendes de Jesus	professora	Maniela
ALEXANDRE GALVES	PROFESSOR	Alexandre
ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA	PROFESSOR	Andre Luiz
Silviana Macedo	Professor	Silviana
Lini Helen Tracoff	Pedagoga	Lini Helen
Marcia de Oliveira Cruz	Professor	Marcia
Fernando Schoenmaker	Professor	Fernando
Rosane Mendes Pereira	Professora	Rosane
Ana Carolina Macena Lourenço	professora	Ana Carolina
Daniela Alves Soares	Professora	Daniela
ROGÉRIO TRAMONTANO	PROFESSOR	Rogério
Genilson C. Marinho	Professor	Genilson
Ricardo S. Costa	Professor	Ricardo

NOME

CARGO

ASSINATURA

NOME	CARGO	ASSINATURA
Leonardo Pietro de Aguiar	Gerente Educaçâo	Leonardo
Francisco B. Pastor	Pedogo	Francisco

FOTOS DO ÚLTIMO ENCONTRO – DIAGNÓSTICO, METAS E AÇÕES– 04/02/2016

Grupo de trabalho: Dimensão Ensino



Grupo de trabalho: Dimensão Pesquisa



Grupo de trabalho: Dimensão Extensão



Grupo de trabalho: Dimensão Administração



Momento de socialização das discussões realizadas nas salas e levantamento de propostas de ações

